

RELATÓRIO E CONTAS

2018

GNB-Companhia de Seguros, S.A.

Rua Castilho, n.º 26 - 1250-069 Lisboa
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503718092

Índice

1. Relatório de Gestão referente ao exercício de 2018

- 1.1 Estrutura e práticas de governo societário
- 1.2 Enquadramento macroeconómico
 - 1.2.1 Situação económica internacional
 - 1.2.2 Situação económica nacional
 - 1.2.3 O setor segurador
- 1.3 Principais indicadores e variáveis da atividade
- 1.4 A atividade da GNB Seguros
- 1.5 Proposta de aplicação de resultados
- 1.6 Nota Final

2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

- 2.1 Conta de Ganhos e Perdas
- 2.2 Balanço
- 2.3 Demonstração de Variações do Capital Próprio
- 2.4 Demonstração do Rendimento Integral
- 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria \ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

- 3.1 Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
- 3.2 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

1. Relatório de Gestão

1.1. Estrutura e práticas de governo societário

1.1.1. Introdução

No período em análise não se verificaram alterações significativas ao nível das regras e estrutura de governo da GNB, Companhia de Seguros, S.A. (GNB Seguros).

Quanto à estrutura acionista, é de referir a alteração que se verificou em 21 de Dezembro de 2018 com a aquisição por parte do Credit Agricole Assurances S.A. da participação acionista de 25% detida pela Seguradoras Unidas, S.A. na GNB Seguros, passando assim o Credit Agricole Assurances a deter 75% das acções da Companhia.

As regras e estrutura de governo da GNB Seguros, consubstanciam-se na manutenção da garantia de uma governação responsável e norteada por objetivos concretos, tendo em vista a criação de valor para os seus acionistas, valorização dos colaboradores e disponibilização de produtos e serviços integradores de valor acrescentado para os clientes e por estes percecionado.

A transparência e lealdade nas relações com todos aqueles com quem se relaciona revestem-se de fulcral importância para a consolidação do seu negócio, assim como a adoção e respeito integral das boas regras vigentes no mercado em que se insere.

Com a entrada em vigor, a 25 de maio de 2018, do Regulamento Geral de Proteção de Dados procedeu a GNB Seguros à nomeação de um Encarregado de Proteção de Dados, cuja função está integrada no Departamento de Controlo de Gestão, Risco e Compliance.

Manteve-se também como essencial a intervenção das áreas de Gestão de Risco, Controlo Interno e *Compliance* e o pleno funcionamento dos diversos *Comités* existentes como auxiliares no processo de suporte à tomada de decisão, avaliando e monitorizando os riscos e assegurando o cumprimento dos deveres legais a que a Sociedade está obrigada e, nas situações em que tal se mostrou necessário, propondo medidas de mitigação aos riscos identificados.

1.1.2 Estrutura do Governo da GNB Seguros

O sistema de governo da GNB Seguros baseia-se no sistema de três linhas de defesa, suportado por uma estrutura de governo bem definida, complementada por *Comités*, Funções-chave e Políticas



1.1.2.1 Assembleia Geral

A Assembleia Geral de Acionistas, que reúne pelo menos uma vez por ano, em sede de Assembleia Geral Anual de Acionistas, tem por principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, deliberar sobre o Relatório de Gestão, as contas do exercício e a aplicação de resultados.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, Vice-presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

1.1.2.1.1 Regras Estatutárias sobre o exercício do direito de Voto

Relativamente à participação e exercício do direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral:

“Artigo 13º”

“UM – A Assembleia Geral dos Acionistas é composta por todos os acionistas com direito pelo menos a um voto, que satisfaçam as condições referidas no número seguinte.

DOIS – Só poderão participar na Assembleia os titulares de ações averbadas em seu nome até oito dias úteis antes do dia da reunião.

TRÊS – A Assembleia poderá ser realizada com utilização de meios telemáticos se a sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respetivos intervenientes.

QUATRO – A cada ação corresponderá um voto.

CINCO – Dentro do prazo referido no número dois devem os acionistas que pretendam fazer-se representar por outro acionista apresentar na Sociedade os instrumentos de representação e, bem assim, as pessoas coletivas indicar quem as representará; o Presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

SEIS – Não é permitido o voto por correspondência.”

1.1.2.1.2. Representação

Os Senhores Acionistas podem fazer-se representar na Assembleia por mandatário constituído por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, acompanhada de cópia legível de documento original válido, com fotografia, do qual conste o nome completo, a data de nascimento e nacionalidade, que deverá estar em vigor. Os Senhores Acionistas que sejam pessoas coletivas deverão indicar o nome de quem os representará.

Os instrumentos de representação, bem como os documentos comprovativos da qualidade de acionistas e de que as respetivas ações ficam bloqueadas até ao final da Assembleia, deverão ser entregues, na sede social, até às 16.30 horas do terceiro dia útil anterior ao designado para a Assembleia.

1.1.2.1.3. Quórum

Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral de Acionistas não pode reunir-se sem estarem presentes ou representados acionistas titulares de ações representativas de setenta e cinco por cento do capital social.

Em segunda convocação, a Assembleia poderá deliberar seja qual for o número de acionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

1.1.2.1.4 Intervenção da Assembleia Geral sobre a política de remuneração da sociedade

A Assembleia Geral aprova anualmente a política de remuneração do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização.

1.1.2.2. Conselho de Administração

A Gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por sete a nove Administradores designados por quatro anos, sendo permitida a reeleição dos respetivos membros.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva constituída por três dos seus membros, que reúne pelo menos uma vez por mês e sempre que convocada por qualquer dos seus membros.

1.1.2.2.1. Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade

O Conselho de Administração é composto por sete, ou nove administradores.

A Assembleia Geral fixará o número de administradores; na falta de deliberação expressa, considera-se fixado o número de administradores eleitos.

Os Administradores podem ser acionistas ou pessoas estranhas e são eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas por períodos de quatro anos, sendo permitida a reeleição.

A Assembleia Geral poderá eleger Administradores Suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efetivos, na data da eleição respetiva.

A alteração do Contrato de Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

1.1.2.2.2. Poderes do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne, pelo menos uma vez, em cada três meses e não pode deliberar sem que estejam presentes ou representados cinco ou seis dos seus membros, consoante o Conselho de Administração seja composto por sete ou nove membros.

As seguintes matérias deverão necessariamente ser discutidas e aprovadas por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, tomada por uma maioria de cinco ou seis membros do Conselho de Administração, consoante o número total de membros seja de sete ou nove:

1. Aprovação ou modificação do Regulamento Interno do Conselho de Administração;
2. Aprovação de contratos com terceiros cujos valores/ responsabilidades excedam em 10% as despesas totais anuais da Sociedade (excluindo despesas com comissões e partilha de lucros);
3. Concessão de financiamentos, depósitos ou prestação de garantias acima do valor de um milhão de euros.
4. Aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis por valor superior a 5 milhões de euros, desde que os bens imóveis sejam utilizados na gestão corrente da sociedade.
5. Solicitação de financiamentos ou criação de passivo acima dos dez milhões de euros (por transação).
6. Início, desenvolvimento ou cessação de relações com entidades que não se integrem no Grupo Novo Banco, composto pelo Novo Banco ou por qualquer entidade por si direta ou indiretamente dominada.
7. Licenciamento ou concessão de direitos sobre a propriedade intelectual ou industrial da Sociedade.

8. Alargamento ou redução da atividade social ou modificação do objeto da sociedade;
9. Aprovação do Balanço e contas da Sociedade e todos os documentos legais de prestação de contas da Sociedade;
10. Aprovação de proposta de aplicação de resultados;
11. Emissão de obrigações.

A decisão de aumento de capital da Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

1.1.2.3. Conselho Fiscal

A função de fiscalização interna da GNB Seguros é atribuída ao Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente.

O Conselho Fiscal da GNB Seguros é composto por um Presidente, dois membros efetivos e um membro suplente.

Os membros do conselho Fiscal são eleitos por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

1.1.2.4. Revisor Oficial de Contas

A fiscalização externa da Companhia é assegurada pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da GNB Seguros, a Price Waterhouse Coopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, bem como pela autoridade de supervisão a que a GNB Seguros está sujeita, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Sob proposta do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral designou um Revisor Oficial de Contas para proceder ao exame das contas da Sociedade. O Revisor Oficial de Contas é eleito por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

1.1.2.5. Secretário da Sociedade

O Secretário e o seu Suplente são designados pelo Conselho de Administração e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar.

1.1.2.6. Comissão de Vencimentos

É atribuição da comissão de vencimentos definir a política de remunerações dos órgãos sociais, a aprovar em Assembleia Geral, bem como a remuneração específica de cada órgão. Esta comissão é composta por dois membros efetivos.

1.1.3. Órgãos Sociais

Em Assembleia Geral da GNB Seguros, realizada no dia 7 de dezembro de 2015, foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o quadriénio de 2016 a 2019.

Assim, ao longo do exercício de 2018 a composição dos órgãos sociais foi a seguinte:

1.1.3.1. Mesa da Assembleia Geral

Pedro Moreira de Almeida Queiroz de Barros	Presidente
Michel Victor François Villatte	Vice-Presidente
Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho	Secretário

1.1.3.2. Conselho de Administração

José António Rodrigues Nunes Coelho	Presidente (N.E) ⁽¹⁾
Guillaume Michel Oreckin ¹	Vice-Presidente (N.E) ⁽¹⁾
Hervé Marcel Andre Hassan	Vogal e C.E.O.
Paulo Alexandre Nunes Nogueira	Vogal e C.F.O.
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos ²	Vogal e C.O.O.
Mário Jorge Tapada Gouveia	Vogal (N.E) ⁽¹⁾
Thierry Philippe Adolph Langreney	Vogal (N.E) ⁽¹⁾
Jean-Luc Claude Michel François ³	Vogal (N.E) ⁽¹⁾
Manuel António Ricardo Romão da Costa Braz ⁴	
Jan Adriaan de Pooter ⁵	

* Não Executivo.

¹ Transitou de Vogal a Vice-Presidente por deliberação da Assembleia Geral realizada em 6 de abril de 2018.

² Nomeado por deliberação da Assembleia Geral realizada em 6 de abril de 2018.

³ Transitou de Vice-Presidente a Vogal por deliberação da Assembleia Geral realizada em 6 de abril de 2018.

⁴ Renunciou ao cargo de Vogal e C.O.O. em 31 de janeiro de 2018.

⁵ Renunciou ao cargo de Vogal em 21 de dezembro de 2018.

1.1.3.3. Conselho Fiscal

António Joaquim Andrade Gonçalves	Presidente
José Maria Ribeiro da Cunha	Vogal Efetivo
Elmir Khalid ¹	Vogal Efetivo
Paulo Ribeiro da Silva	Vogal Suplente

¹ Nomeado por deliberação da Assembleia Geral realizada em 6 de abril de 2018.

1.1.3.4. Revisor oficial de contas

PWC & ASSOCIADOS, SROC, LDA ⁽¹⁾	Efetivo
Carlos José Figueiredo Rodrigues	Suplente

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 31/03/2017. Representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia (revisor oficial de contas).

1.1.3.5. Secretário da Sociedade

Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho	Secretário
--	------------

1.1.3.6. Comissão de Vencimentos

Vitor Manuel Lopes Fernandes	Membro
Renaud Filipelli	Membro

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015.

(2) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 31/03/2017.

1.1.4. Estrutura de Capital

O Capital Social da GNB Seguros é de 15.000.000 euros, representado por 3.000.000 ações com valor nominal de 5,00 euros cada.

1.1.5. Estrutura Acionista a 31 de dezembro de 2018

Em 21 de dezembro concretizou-se o reforço da posição acionista do Crédit Agricole Assurances, S.A. ao adquirir 25% do capital social, titulado pelas Seguradoras Unidas, S.A..

<u>Accionista</u>	<u>Nr.Acções</u>	<u>% Capital Social</u>
Crédit Agricole Assurances, S.A.	2.250.000	75,00000 %
Novo Banco, S.A.	749.800	24,99334 %
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	100	0,00333 %
GNB – Gestão de Ativos SGPS, S.A.	100	0,00333 %
<u>TOTAL</u>	<u>3.000.000</u>	<u>100 %</u>

1.1.5.1. Transmissibilidade das Ações

Os acionistas não transmitentes têm direito de preferência na transmissão a terceiros da totalidade ou de parte das ações que o acionista transmitente pretenda efetuar.

1.1.5.2. Alteração dos Estatutos da GNB Seguros

Qualquer alteração do Contrato de Sociedade da GNB Seguros, incluindo deliberações sobre alterações de capital, tem que ser submetida à aprovação da Assembleia Geral. As deliberações sobre a alteração do Contrato de Sociedade devem ser aprovadas por maioria de dois terços dos votos emitidos, devendo para o efeito estar presentes pelo menos 75% dos votos.

1.1.6. Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento

A Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento assenta nas principais linhas gerais:

- Colaboradores sujeitos ao dever de comunicação:* Todos os colaboradores têm obrigação de comunicar ao seu superior hierárquico;
- Entidade que recolhe a comunicação:* Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance; a área de Compliance perante a comunicação referida, deve apreciar a situação descrita e determinar as ações que, perante cada caso concreto, entenda por convenientes. Para este fim, esta Direção poderá solicitar a colaboração da Direção de Auditoria Interna.

Se da apreciação da situação de irregularidade ficar provado que se tratou de uma violação de leis, regulamentos ou dos princípios e deveres internos, serão adotadas as medidas disciplinares necessárias com o objetivo de salvaguardar os interesses da Companhia, de acordo com a disposição da legislação em vigor.

- Comunicações Anónimas:* Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas. Toda e qualquer situação de deteção e correção de situações de incumprimento reportada serão tratadas confidencialmente, nomeadamente quanto à sua origem, e com a devida discrição;
- Não retaliação:* É expressamente proibida qualquer retaliação contra os Colaboradores que efetuem a referida comunicação;
- Arquivo das Comunicações:* Se derem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respetivos processos.

Findas as investigações, os dados serão eliminados nos termos e condições legalmente definidas.

1.1.7. Política de Remuneração

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, fixa a remuneração dos membros dos Órgãos Sociais da GNB Seguros.

Anualmente, a Comissão de Vencimentos submete à apreciação da Assembleia Geral uma declaração sobre a Política de Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais da GNB Seguros.

Essa declaração sobre a Política de Remunerações para 2018 foi aprovada na Assembleia Geral Anual do dia 6 de Abril de 2018 e teve o seguinte conteúdo:

- “ 1. *Considerando que a política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da GNB Seguros deve ter por base a articulação com os mecanismos que assegurem o alinhamento dos interesses dos membros do Órgão de Administração com os objetivos estratégicos da empresa;*
2. *Considerando que a remuneração dos membros dos órgãos sociais deve ser estruturada de modo a remunerar, de forma justa e eficiente, a competência e dedicação de cada um dos seus membros, tendo em conta o respetivo desempenho individual e global;*
3. *Considerando que na GNB Seguros a aprovação da remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é, nos termos estatutários, da competência da Comissão de Vencimentos;*
4. *Considerando que, para os membros executivos do Conselho de Administração, deve existir uma remuneração variável, a par da remuneração fixa, e que a referida remuneração variável deve depender do grau de cumprimento dos objetivos da empresa, tal como fixados pela totalidade do seu Conselho de Administração.*

Propõe-se a aprovação da seguinte declaração sobre Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da GNB SEGUROS:

a) Membros do Conselho de Administração

a) Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

O Presidente do Conselho de Administração pode auferir uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano.

b) Outros Membros não executivos do Conselho de Administração

Os membros não executivos do Conselho de Administração não têm remuneração fixa ou variável.

c) Membros executivos do Conselho de Administração

Composição da Remuneração

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração pode ser composta por duas componentes:

- i. *Fixa, com referência ao exercício em curso;*
- A remuneração fixa é estabelecida pela Comissão de Vencimentos tendo em conta:*
- 1. As remunerações pagas por empresas de dimensão semelhante a operar no setor segurador em Portugal;*
 - 2. As remunerações pagas em outras empresas do Grupo Económico dos acionistas para cargos de responsabilidade semelhante;*
 - 3. O desempenho individual anual de cada Administrador.*

- ii. Variável, com referência ao ano anterior, estabelecida no primeiro trimestre do exercício em curso, segundo critérios abaixo definidos.

Limites e Equilíbrio na Remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos em sede de Assembleia Geral, não podendo nunca ser inferior a 40% da remuneração total anual.

Como tal, a parte variável, a existir, representará no máximo 60% da remuneração total anual.

Crítérios de Definição da Componente Variável, Mecanismos de Limitação e Momento do seu Pagamento

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo.

A remuneração variável depende de decisão a tomar, caso a caso, pela Comissão de Vencimentos, e pode ou não ser atribuída anualmente considerando o desempenho individual e global dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração, bem como o grau de cumprimento dos objetivos globais da empresa no exercício económico anterior.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros da Comissão Executiva, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não se considera necessário proceder ao diferimento de um parte da remuneração variável, sendo a mesma, se existir, paga de uma só vez.

Os membros do Conselho de Administração que desempenham funções em Órgãos de Administração de Sociedades em relação de Grupo com a GNB Seguros, podem ser remunerados pelas referidas Sociedades e/ou pela GNB Seguros, de acordo com o relevo das funções desempenhadas

b) Membros do Órgão de Fiscalização

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal inclui apenas uma componente fixa, mensal, paga 14 vezes ao ano, determinada anualmente pela Comissão de Vencimentos.

c) Membros da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é determinada pela Assembleia Geral e corresponde a uma quantia fixa por presença em cada Assembleia.

A Comissão de Vencimentos deliberou em 11 de julho de 2017 as remunerações de cada um dos membros dos Órgãos Sociais. Em 2018, as remunerações suportadas pela GNB Seguros referentes aos membros dos seus Órgãos Sociais foi a seguinte:

Exercício de 2018

Nome	Órgão Social	Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Órgãos Sociais
José António Rodrigues Nunes Coelho	Conselho de Administração	21.000,00 €		21.000,00 €
Paulo Alexandre Nunes Nogueira	Conselho de Administração	141.969,50 €		141.969,50 €
António Joaquim Andrade Gonçalves	Conselho Fiscal	12.862,50 €		12.862,50 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	3.500,00 €		3.500,00 €
Total		179.332,00 €	0 €	179.332,00 €

Exercício de 2017

Nome	Órgão Social	Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Órgãos Sociais
José António Rodrigues Nunes Coelho	Conselho de Administração	21.000,00 €		21.000,00 €
Paulo Alexandre Nunes Nogueira	Conselho de Administração	81.385,00 €		81.385,00 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	21.090,00 €		21.090,00 €
António Joaquim Andrade Gonçalves	Conselho Fiscal	12.863,00 €		12.863,00 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	3.500,00 €		3.500,00 €
Total		139.838,00 €	0 €	139.838,00 €

1.2. Enquadramento macroeconómico

1.2.1. Situação económica internacional

O ano de 2018 foi marcado pelo prolongamento do ciclo de expansão da atividade económica global onde, no seu conjunto, a economia mundial manteve o crescimento do PIB estabilizado em torno de 3.7%, com as economias desenvolvidas a acelerarem apenas marginalmente, de 2.3% para 2.4%, e com as economias emergentes a manterem um crescimento em torno de 4.7%.

Depois da aceleração simultânea das principais economias em 2017, um desempenho divergente entre os EUA e as restantes economias e um maior foco nos riscos negativos para o *Outlook* marcaram um ponto de inflexão na evolução da economia mundial,

O PIB dos EUA cresceu 2,9% em 2018 (2,2% no ano anterior), com a procura interna a beneficiar de significativos estímulos fiscais e de uma política monetária ainda expansionista. O crescimento revelou-se particularmente dinâmico na primeira metade do ano. Neste contexto, a taxa de desemprego recuou de 4.1% para um mínimo de 3.7% da população ativa em Novembro, fechando depois o ano em 3.9%, em torno do seu nível estimado de longo prazo. Com a economia a operar em torno do pleno emprego, foi visível um aumento das pressões inflacionistas, em particular pela via salarial, com o crescimento dos salários a verificarem subidas homólogas em torno de 3%-4%. A inflação subiu de 2.1%, em Janeiro, para um máximo anual de 2,9% em Julho, antes de recuar para 2,2% no final do ano (neste caso, em função do comportamento dos preços da energia). A nível *core*, a inflação subiu de 1,8% para 2,4% até Julho, fechando o ano também em 2,2%. Neste contexto, a Reserva Federal prosseguiu, em 2018, um processo de normalização gradual da política monetária, elevando os juros de referência por quatro vezes, em movimentos de 25 bps, para 2,25%-2,5%, ainda abaixo da estimativa para o seu nível neutral. Os níveis ainda contidos da inflação permitiram que a política monetária se mantivesse expansionista. A *yield* dos Treasuries a 10 anos subiu de 2,406% para 2,685% no conjunto do ano, tendo superado temporariamente os 3,2% no início do 4º trimestre.

A evolução da economia dos EUA contrastou com o comportamento menos dinâmico da Zona Euro, que cresceu 2% em 2018, em desaceleração face ao registo de 2,4% do ano anterior. Embora se tenha observado alguma melhoria nos mecanismos de transmissão dos estímulos monetários levados a cabo pelo BCE, expressos numa ligeira aceleração do crédito ao setor privado, a atividade económica da Zona Euro não beneficiou do mesmo grau de estímulos orçamentais que os EUA. Adicionalmente, a Zona Euro foi penalizada pela persistência de um ambiente de incerteza política que, condicionando os níveis de confiança, restringiu decisões de investimento. Destacam-se, neste contexto, as tensões orçamentais entre o novo Governo italiano e a Comissão Europeia, que se traduziram num alargamento dos *spreads* soberanos de Itália, numa revisão em baixa do respetivo *rating* e numa penalização do euro, refletindo o menor interesse dos investidores em ativos da Zona Euro, relativamente aos ativos dos EUA.

A expansão da atividade na Zona Euro permitiu uma redução da taxa de desemprego em 2018, de 8,6% para perto de 8% da população ativa. Foi também visível uma ligeira aceleração dos salários, mas com a respetiva variação homóloga a manter-se ainda contida, subindo de 1,8% para 2,4%. Neste

contexto, a economia da Zona Euro não sentiu pressões inflacionistas significativas, com a inflação a manter-se abaixo da meta do BCE para a estabilidade de preços (a inflação headline atingiu um máximo anual de 2,2% em Outubro, recuando depois para 1,6% em Dezembro e, a nível *core*, o crescimento homólogo dos preços manteve-se estável em torno de 1%). O BCE manteve os juros de referência inalterados (taxa das operações principais de refinanciamento em 0% e taxa de juro da facilidade de depósitos em -0,4%). A revisão em baixa das expectativas para o crescimento e inflação na Zona Euro, visível ao longo do ano, traduziu-se na atenuação e adiamento de expectativas de subida dos juros de referência pelo BCE. Neste contexto, a Euribor a 3 meses acabou por se manter relativamente estável no conjunto de 2018, em níveis ainda negativos, fechando o ano em -0,3090%, apenas marginalmente acima dos -0,3290% registados no final de 2017. A *yield* do Bund a 10 anos recuou de um máximo anual de 0.76%, em Fevereiro, para 0,24% em Dezembro. O BCE prosseguiu em 2018 a atenuação do programa de compra de ativos, reduzindo gradualmente os montantes mensais de títulos adquiridos e terminando o processo de compra de nova dívida em Dezembro.

A divergência entre os desempenhos das economias dos EUA e da Zona Euro ao nível do crescimento económico, da política monetária e dos juros traduziu-se numa maior atratividade dos ativos americanos para os investidores, o que suportou uma depreciação do euro face ao dólar. A divisa europeia perdeu 4,7% face à divisa americana, fechando o ano em EUR/USD 1,1452. A incerteza política na Europa foi, também, alimentada pelas dúvidas em torno do Brexit. O PIB do Reino Unido desacelerou em 2018, com o respetivo crescimento a recuar de 1,7% para 1,3%, enquanto a libra depreciou quase 12% face ao dólar desde o máximo anual de Abril (GBP/USD 1,434) até ao final de Dezembro (GBP/USD 1,263). A divisa britânica foi penalizada pelos receios crescentes de um *hard Brexit*, não obstante o acordo de saída alcançado com a UE no final do ano, muito contestado internamente. O Banco de Inglaterra elevou a *base rate* em Agosto (25 bps, para 0,75%), mantendo depois a política monetária inalterada durante o resto do ano.

O desempenho dos mercados financeiros foi fortemente condicionado pelas tensões comerciais crescentes entre os EUA e a China, com a Administração Trump a anunciar, em diversas fases, a imposição de tarifas sobre um total de USD 250 mil milhões de importações oriundas da China, e com as autoridades chinesas a retaliarem com a imposição de tarifas sobre um valor global de USD 110 mil milhões de importações oriundas dos EUA. Os receios de uma escalada de medidas protecionistas condicionaram as expectativas de crescimento da economia global, com impactos negativos no mercado acionista. Em si mesma, a imposição de tarifas forçou diversas empresas a adotarem estratégias de ajustamento às restrições ao comércio, incluindo a deslocalização de operações produtivas, a procura de novos fornecedores ou a absorção dos custos das tarifas, com impactos negativos na sua eficiência e rentabilidade.

1.2.2. Situação económica nacional

Em Portugal, o PIB cresceu 2,2% em 2018, em desaceleração face ao forte registo de 2,8% observado no ano anterior. A expansão da atividade económica assentou também no dinamismo do consumo privado (com um crescimento relativamente estabilizado, ainda superior a 2%) e do investimento (com um crescimento inferior a 2017, mas ainda forte, próximo de 6%).

A persistência de condições monetárias favoráveis (permitindo uma expansão do crédito, sobretudo às famílias), um desempenho positivo das exportações (sobretudo, mas não só, de serviços de turismo), a redução do desemprego (de 8,9% para 7.1% da população ativa) e o forte dinamismo do mercado da habitação (ainda que em desaceleração, com os respetivos preços a crescerem 8,5% YoY no 3º trimestre) traduziram-se em níveis de confiança elevados entre as empresas e as famílias, embora em níveis inferiores aos observados em 2017, e suportaram o prolongamento do ciclo de expansão da atividade. A inflação média anual recuou de 1,4% para 1%, abaixo das expectativas.

Os resultados positivos apresentados nas contas públicas (com um défice esperado em torno de 0,7% do PIB), o ambiente de estabilidade política e o desempenho relativamente positivo da atividade económica mantiveram uma perceção favorável dos investidores em relação à economia portuguesa (expressa, também, em melhorias no rating atribuído pelas principais agências, com subidas das notações atribuídas pela DBRS, em Abril, e pela Moody's, em Outubro, depois de ações semelhantes pela S&P e Fitch em 2017). Após atingir pontualmente um máximo anual de 193 bps em Maio (fruto de um breve efeito de contágio de Itália), o spread da OT portuguesa a 10 anos face ao benchmark alemão recuou para 148 bps no final do ano. A respetiva yield recuou do máximo anual de 2,19% no final de Maio para 1,72% no final do ano. O índice PSI-20 seguiu a tendência global e recuou 12,19% no ano.

1.2.3. O setor segurador

De acordo com a informação disponível na Associação Portuguesa de Seguradores (APS) a produção total de seguro direto em Portugal manteve, em 2018, uma evolução positiva ascendendo a um montante de perto de 13 mil milhões de euros, o que representa um crescimento de cerca de 12% face ao valor verificado em 2017.

Comparativamente à situação económica e financeira do país, o comportamento foi também positivo uma vez que o rácio entre prémios e PIB atingiu o valor de 6,5% em 2018 (mais 5,3 p.p. que 2017), evidenciando assim uma capacidade do sector segurador em acompanhar a dinâmica de crescimento da economia portuguesa.

Analisando esta evolução por ramos, constata-se que o ramo Vida voltou a apresentar um crescimento importante, aumentando 14,5% em relação a 2017, atingindo os 8,1 mil milhões de euros em 2018 e passando a representar 63% do total da produção do setor (+1,5 p.p. do que em 2017). Esta evolução decorre essencialmente do verificado nos seguros de vida não ligados a fundos de investimentos (29,5%), uma vez que os seguros ligados a fundos de investimento (em que o risco é do tomador do seguro) voltaram a registar um decréscimo (19,2%).

No ramo Vida merece ainda destaque a evolução registada nos planos de poupança reforma (PPR) cujas contribuições em 2018 atingiram um total de 3,5 mil milhões de euros, o que representa um crescimento de 55,5% em relação ao valor de 2017 e um aumento de 11,3 pontos percentuais no seu peso (42,9% em 2018 e 31,6% em 2017). A evolução destes produtos vocacionados para a poupança de médio e longo prazo parecem confirmar a confiança que estes merecem dos aforradores portugueses assim como no setor segurador e de fundos de pensões para gerir as suas poupanças.

O segmento dos ramos Não Vida em Portugal seguiu a tendência dos últimos anos e apresentou também um crescimento da sua produção. Com esta a atingir um valor superior 4,8 mil milhões de euros, tal significou um crescimento de 7,5%, superior ao verificado em 2017 (+ 6,9%).

Para a referida evolução, salientam-se as contribuições dos ramos Acidentes e Doença (+9,7%), Automóvel (+6,7%) e Incêndio e Outros Danos (+5,4%)

Com grande relevância no ramo Acidentes e Doença, sobressaem o subramo Doença que, com um crescimento de 7,4% em 2018, atingiu um volume de prémios de 807 milhões de euros e é a segunda linha de negócio mais relevante do segmento Não Vida; e o subramo Acidentes de Trabalho que continuou a tendência de crescimentos relevantes verificada nos anos anteriores e apresentou em 2018 um crescimento 13,5%, elevando a produção de seguro direto a 800 milhões de euros e tornando esta linha de negócio na terceira mais importante do segmento Não Vida.

A linha de negócio associada ao ramo Automóvel continua a ser a mais significativo em Não Vida, representando 35,6% do total da produção deste segmento (1,7 mil milhões de euros). O crescimento registado em 2018 é sinal de uma recuperação face à degradação do volume de prémios que se vinha observando nos últimos anos.

Destacam-se também pela sua importância nos seguros Não Vida os de Riscos Múltiplos cuja evolução do volume de prémios em 2018 atingiu +5,4%, totalizando um montante 758 milhões de euros. Este crescimento significativo (+ 2,6 p.p. que em 2017) vem confirmar a resposta às necessidades de proteção das empresas e dos indivíduos que estes produtos oferecem.

Já no que diz respeito à sinistralidade, de acordo com a informação disponível na Autoridade de Seguros e Fundo de Pensões (ASF), os custos com sinistros das empresas sob a supervisão da ASF apresentaram um crescimento dos custos com sinistros de 3,7%, em resultado do acréscimo de 4,6% no ramo Vida e de 1,6% nos ramos Não Vida. Nos ramos Não Vida, os que apresentaram maiores crescimentos foram o ramo Automóvel (8,4%) e Doença (7,1%).

O ano de 2018 ficou ainda marcado, ao nível da sinistralidade, pela Tempestade Leslie que, em termos do número de participações de sinistros decorrentes de um único evento, foi um dos maiores sinistros da história dos seguros em Portugal, tendo-se registado mais de 38.000 sinistros cobertos por apólices de seguros a que corresponde um valor agregado de danos de 101 milhões de euros.

No que diz respeito aos Activos, o valor das carteiras de investimento das empresas de seguros situaram-se um pouco acima dos 50 mil milhões de euros (-1,4% que em 2017).

Já no que respeita aos resultados e rácios de cobertura do Requisito de Solvência (SCR), o resultado líquido apurado em 2018 foi de cerca de 486 milhões de euros enquanto que o rácio de cobertura do SCR se situou nos 172%.

1.3. Principais indicadores e variáveis da atividade

	2018	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
(Unidade: Milhares de euros)					
Variáveis de Balanço					
Ativo	121.864	122.287	114.704	-0,3%	6,6%
Liquidez, investimentos e outros tangíveis	102.966	103.464	101.329	-0,5%	2,1%
Provisões técnicas de seguro direto	77.377	70.182	62.394	10,3%	12,5%
Capital Próprio	30.916	31.372	34.443	-1,5%	-8,9%
Variáveis de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos de seguro direto	78.471	77.252	71.602	1,6%	7,9%
Prémios emitidos líquidos de resseguro	63.838	63.087	61.787	1,2%	2,1%
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	63.611	63.004	61.931	1,0%	1,7%
Custos com sinistros (bruto)*	50.438	46.770	43.990	7,8%	6,3%
Custos com sinistros líquidos de resseguro *	47.248	44.832	42.827	5,4%	4,7%
Custos e gastos de exploração líquidos	8.699	11.014	9.558	-21,0%	15,2%
Actividade Financeira Líquida	1.303	2.045	1.428	-36,3%	43,2%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	1.084	1.255	1.413	-13,7%	-11,2%
Ganhos líquidos de ativos e passivos	135	790	16	-83,0%	4917,9%
Perdas de Imparidade	-85	0	0	-	-100,0%
Resultado Líquido do exercício	6.612	6.322	9.461	4,6%	-33,2%
Outras variáveis e rácios					
Nº de apólices - Carteira em Vigor	440.455	435.996	431.532	1,0%	1,0%
Nº de colaboradores	58	54	54	4	0
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	8,4%	8,2%	13,2%		
Resultado líquido / prémios adquiridos líquidos de resseguro	10,4%	10,0%	15,3%		
Resultado líquido / capital próprio	21,4%	20,2%	27,5%		
Nº de apólices em vigor / nº colaboradores	7.594	8.074	7.991		
Prémios brutos emitidos / nº colaboradores	1.353	1.431	1.326		
Resultado líquido / nº colaboradores	114	117	175		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos	69,3%	65,3%	62,5%		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	74,3%	71,2%	69,2%		
Custos e gastos de Exploração/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	13,7%	17,5%	15,4%		
Rácio combinado, líquido de resseguro	88,0%	88,6%	84,6%		

* Inclui custos de gestão de sinistros

Dados Auxiliares	2018	2017	2016
Prémios Adquiridos	72.773	71.665	70.349

1.4. A atividade da GNB Seguros

1.4.1 Introdução

Num contexto ainda de focalização do Novo Banco, principal distribuidor dos produtos de seguros da Companhia, em outros objetivos mais imediatos que não a venda isolada de seguros, a GNB Seguros beneficiou do retomar da dinâmica de concessão de crédito, existindo ao longo de todo o ano também uma forte orientação para a colocação de seguros dos produtos vinculados à atividade de crédito a particulares.

No entanto, procurando continuar a responder, com a qualidade reconhecida, às necessidades imediatas dos seus clientes e parceiros, a GNB Seguros alargou a sua actividade com novos produtos e novos segmentos (“segmento negócios”) e prosseguiu, na medida do possível, com a adequação da sua estrutura, processos e ferramentas para responder às necessidades do exercício da atividade num contexto cada vez mais exigente.

Apesar de uma envolvente conjuntural ainda desfavorável, a obtenção de bons níveis de resultados técnicos associada a uma manutenção de reduzidos custos operacionais permitiram à Companhia obter um resultado líquido acima do previsto, mantendo uma solidez económica, com adequados níveis de capital e solvência.

1.4.2 Produção

A produção total obtida em 2018, através das redes do Novo Banco, do Novo Banco dos Açores, do Banco BEST e do Credibom, foi de 66.636 contratos, o que representa um decréscimo em relação a 2017 de 3.236 contratos (- 4,6%), ficando aquém dos objectivos esperados.

De salientar que, apesar de uma redução da atividade comercial desde 2016, esta registou no ano corrente um volume de produção superior aos verificados nos anos posteriores ao colapso do BES. Em 2018, pela positiva, destacam-se os produtos “Protecção ao Crédito”, acompanhando um período de retoma na concessão de crédito, e o “Seguro Protecção Credibom”. Pela negativa, destacam-se os produtos do ramo Doença, com forte decréscimo face ao ano anterior, e o produto “AP Protecção Salário”.

Apesar do referido, no ano de 2018 a GNBS manteve a tendência de crescimento da Carteira em Vigor, atingindo no final do ano um aumento de 1,0% (+ 4.459 apólices) face à carteira em vigor existente em dezembro de 2017.

	2018	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
Nº de apólices vendidas	66.636	69.872	71.990	-4,6%	-2,9%
Nº de apólices - carteira em vigor	440.455	435.996	431.532	1,0%	1,0%

Com um volume de 78.471 milhares de euros, os prémios brutos emitidos apresentaram um crescimento de 1,6% face ao registado em 2017 (+ 1.219 milhares de euros), influenciado pelo acréscimo nos Seguros de Acidentes Pessoais (+ 990 milhares de euros). Dentro deste ramo, destaca-se o comportamento positivo face a 2017 do Seguro de Protecção ao Crédito, traduzindo um período de retoma na concessão de crédito, com um crescimento de 9,2% em relação a 2017 (+ 789 milhares de euros).

Este crescimento dos prémios brutos emitidos verificado na Companhia esteve abaixo do registado no mercado dos seguros não vida, que continuou a crescer em 2018 a um ritmo assinalável (+ 7,5%), tendo registado inclusive a maior taxa de crescimento anual desde 2005. Como consequência, em 2018 a GNB Seguros baixou a sua quota de mercado global nos seguros não vida para 1,6%, mantendo, no entanto, o 13º lugar no ranking das seguradoras não vida.

Milhares de Euros	2018	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	78.471	77.252	71.602	1,6%	7,9%
Acidentes de Trabalho	138	105	86	30,6%	22,8%
Acidentes Pessoais	11.727	10.737	6.324	9,2%	69,8%
Doença	25.966	26.471	25.808	-1,9%	2,6%
Riscos Múltiplos	24.859	24.358	23.854	2,1%	2,1%
Automóvel	15.764	15.580	15.530	1,2%	0,3%
Diversos - Perdas Pecuniárias	17	0	0	-	-
Quota de Mercado	1,6%	1,7%	1,7%		

1.4.3 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros de seguro direto (incluindo custos de gestão) atingiram os 50.438 milhares de euros, apresentando um crescimento de 7,8% face a 2017.

Embora tivesse havido um aumento generalizado nas diversas rubricas de custos com sinistros, a referida variação encontra-se influenciada pelo comportamento verificado nas “prestações – montantes pagos”, que representam cerca de 84% do total dos custos com sinistros de seguros direto e apresentaram uma variação de 8,9% em relação a 2017.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro totalizaram 47.248 milhares de euros, aumentando 5,4% face ao ano anterior, consequência do efeito do resseguro cedido, cujo impacto foi mais favorável do que o registado no ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2018	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
De seguro direto	50.438	46.770	43.990	7,8%	6,3%
Custos diretos com sinistros	45.181	41.638	37.790	8,5%	10,2%
Prestações	42.531	39.052	40.700	8,9%	-4,0%
Variação da provisão para sinistros	2.650	2.586	-2.910	2,5%	188,9%
Custos imputados à função sinistros	5.257	5.131	6.200	2,5%	-17,2%
De resseguro cedido	3.191	1.937	1.163	64,7%	66,6%
Montantes pagos	3.275	1.652	1.285	98,3%	28,5%
Variação da provisão para sinistros	-84	286	-122	-129,5%	333,9%
Custos com sinistros líquidos de resseguro	47.248	44.832	42.827	5,4%	4,7%

No que se refere às taxas de sinistralidade de seguro direto (medida pela relação entre os custos com sinistros registados no exercício e os prémios adquiridos), verificamos um agravamento de 4,0 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

Nesta vertente, destacam-se as evoluções verificadas nos seguros de Riscos Múltiplos Habitação e Automóvel.

No Riscos Múltiplos Habitação registou-se uma taxa de sinistralidade de 55,9%, apresentando uma degradação de 3,5 pontos percentuais face a 2017. Este aumento da sinistralidade no seguro direto é explicado pelas gravosas condições climáticas que ocorreram no 2º e 4º trimestre de 2018, em particular pela Tempestade Leslie, com uma perda estimada de 1.914 milhares de euros.

A taxa de sinistralidade do Seguro Automóvel é de 74,0% em 2018 registando um aumento face à taxa registada no período homólogo do ano anterior (67,9%). Este aumento face ao ano anterior é explicado por um maior volume de sinistros e por um reforço no provisionamento dos sinistros ocorridos e ainda não declarados.

Taxa de Sinistralidade Seguro Directo (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)					
	2018	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
Total	69,3%	65,3%	62,5%	4,0 pp	2,7 pp
Custos diretos com sinistros	62,1%	58,1%	53,7%	4,0 pp	4,4 pp
Acidentes e Doença	61,0%	57,6%	62,7%	3,4 pp	- 5,0 pp
Doença	70,5%	68,9%	70,1%	1,5 pp	- 1,2 pp
Riscos Múltiplos	55,9%	52,4%	44,8%	3,5 pp	7,6 pp
Automóvel	74,0%	67,9%	49,8%	6,0 pp	18,1 pp
Custos imputados à função sinistros	7,2%	7,2%	8,8%	0,1 pp	- 1,7 pp

As taxas de sinistralidade líquidas de resseguro registam um aumento de 3,1 pp face a 2017, ligeiramente inferior ao aumento registado no Seguro Direto.

Taxa de Sinistralidade Líq. Resseguro (Custos c/ Sinistros líquidos resseguro / Prémios Adquiridos líquidos resseguro)					
	2018	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
Total	74,3%	71,2%	69,2%	3,1 pp	2,0 pp
Custos diretos com sinistros	66,0%	63,0%	59,1%	3,0 pp	3,9 pp
Acidentes e Doença	70,7%	66,0%	71,0%	4,7 pp	- 5,0 pp
Doença	71,3%	70,0%	71,4%	1,3 pp	- 1,4 pp
Riscos Múltiplos	57,6%	51,3%	46,3%	6,3 pp	5,0 pp
Automóvel	70,8%	76,6%	57,5%	- 5,7 pp	19,1 pp
Custos imputados à função sinistros	8,3%	8,1%	10,0%	0,1 pp	- 1,9 pp

1.4.4 Custos e Gastos de Exploração

Os custos de exploração líquidos apresentam uma diminuição de 21,0% em relação ao ano de 2017.

(Unidade: Milhares de euros)	2018	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
Custos de Exploração Líquidos	8.699	11.014	9.558	-21,0%	15,2%
Custos de aquisição	10.607	11.582	8.607	-8,4%	34,6%
Comissões (Intermediação de produtos de Seguros)	9.429	10.220	7.332	-7,7%	39,4%
Outras Comissões e Custos de Aquisição	288	509	404	-43,4%	26,1%
Custos imputados à função aquisição	890	852	871	4,4%	-2,1%
Custos de aquisição diferidos (variação)	-1.287	-998	-96	-28,9%	-937,2%
Gastos administrativos	2.717	3.446	3.159	-21,1%	9,1%
Custos imputados à função administrativa	2.717	3.446	3.159	-21,1%	9,1%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-3.338	-3.016	-2.111	-10,7%	-42,9%
Comissões de resseguros cedido	-2.774	-2.071	-1.973	-33,9%	-5,0%
Participação nos resultados de resseguro	-564	-945	-138	40,2%	-582,3%

Esta diminuição resulta de uma combinação de diferentes fatores distintos, em que se destacam:

- Diminuição de 7,7% nas comissões por intermediação de produtos de seguros.

As comissões diretamente associadas ao volume de prémios e as comissões associadas à evolução de carteira apresentam um crescimento, naturalmente associado ao aumento do volume de negócios (as primeiras crescem 3,1% / + 230 milhares de euros em relação ao período homólogo; as segundas apresentam um crescimento de 6,9% / + 32 milhares de euros);

As Comissões Variáveis, associadas à qualidade da carteira, ascendem a 1.307 milhares de euros, registando uma diminuição de 44,6% (- 1.054 milhares de euros) face às registadas no período homólogo do ano anterior. Esta significativa redução deveu-se à existência do elevado valor registado em 2017 (melhoria verificada no rácio de sinistralidade de sinistros ocorridos em anos anteriores no seguro Riscos Múltiplos Habitação aquando do cálculo final das comissões associadas a 2016, que originou um valor adicional de 1.632 milhares de euros em 2017).

- Diminuição de 43,4% face ao período homólogo do ano anterior (- 221 milhares de euros) em Outras Comissões e Custos de Aquisição, explicadas por diversas rubricas:
 - ✓ Diminuição dos custos de dinamização da rede, com - 193 milhares de euros do que o registado no período homólogo do ano anterior devido a um menor incremento na dinamização comercial em 2018;
 - ✓ Diminuição das Comissões Extraordinárias dos designados “Planos” face ao período homólogo do ano anterior em - 16 milhares de euros, consequência da erosão da Carteira destes;
 - ✓ Efeito favorável da regularização dos “Planos” vendidos durante a Campanha de 2009 face ao período homólogo do ano anterior (impacto de - 12 milhares de euros, beneficiando do efeito conjugado entre a correção do diferimento de custos de contratos anulados e o acerto referente aos reembolsos efetuados pelos clientes nos Planos anulados).
- Efeito favorável nos Custos de Aquisição Diferidos com + 288 milhares de euros face a 2017, decorrente da associação dos custos de aquisição aos produtos de maior diferimento temporal, como são os associados à proteção ao crédito.

- Diminuição dos custos imputados à função administrativa decorrente da redução dos custos operacionais.
- Aumento do valor das Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido em 322 milhares de euros.

A evolução dos custos de exploração por ramo é demonstrativa do referido anteriormente.

As comissões e participação nos resultados de resseguro dos Acidentes Pessoais incluem custos de aquisição diferidos referentes a resseguro, nomeadamente no que se refere aos seguros de “Proteção ao Crédito” e “Proteção Salários”, considerando a duração dos contratos.

(Unidade: Milhares de euros)	2018	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
Custos de Exploração Líquidos	8.699	11.014	9.558	-21,0%	15,2%
Acidentes e Doença	1.170	1.741	2.364	-32,8%	-26,3%
Acidentes Pessoais	-1.509	-1.371	-674	-10,1%	-103,4%
Doença	2.680	3.089	3.022	-13,2%	2,2%
Riscos Múltiplos	4.413	6.295	4.516	-29,9%	39,4%
Automóvel	3.116	2.978	2.678	4,6%	11,2%
Custos de Exploração Seguro Directo	12.037	14.029	11.669	-14,2%	20,2%
Acidentes e Doença	4.508	4.756	4.475	-5,2%	6,3%
Acidentes Pessoais	1.727	1.567	1.345	10,2%	16,5%
Doença	2.756	3.152	3.103	-12,6%	1,6%
Riscos Múltiplos	4.413	6.295	4.516	-29,9%	39,4%
Automóvel	3.116	2.978	2.678	4,6%	11,2%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-3.338	-3.016	-2.111	-10,7%	-42,9%
Acidentes e Doença	-3.338	-3.016	-2.111	-10,7%	-42,9%
Acidentes Pessoais	-3.236	-2.938	-2.019	-10,2%	-45,5%
Doença	-76	-63	-81	-20,9%	21,9%
Riscos Múltiplos	0	0	0	-	-
Automóvel	0	0	0	-	-

1.4.5 Gastos Gerais por Natureza

Os custos e gastos por natureza a imputar apresentaram em 2018 uma diminuição de 498 milhares de euros (- 5,2%) em relação ao período homólogo do ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2018	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
CUSTOS IMPUTADOS POR FUNÇÕES	9.064	9.562	10.362	-5,2%	-7,7%
Custos com sinistros	5.257	5.131	6.200	2,5%	-17,2%
Custos de aquisição	890	852	871	4,4%	-2,1%
Gastos administrativos	2.717	3.446	3.159	-21,1%	9,1%
Custos de gestão de investimentos	200	133	133	50,9%	-0,4%

A distribuição dos custos por natureza a imputar pelas diversas funções é feita por imputação direta às funções (para as rubricas que se identificam com as funções) e por imputação em função da % de tempo dedicada a cada função pelos colaboradores da Companhia (tendo por base os Centros de Custo, representativos da estrutura funcional e organizacional).

(Unidade: Milhares de euros)	2018	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	9.064	9.562	10.362	-5,2%	-7,7%
GASTOS DE NATUREZA OPERACIONAL	8.895	9.458	10.261	-6,0%	-7,8%
Gastos com pessoal	2.462	2.462	2.379	0,0%	3,5%
Fornecimentos e serviços externos	6.003	6.323	6.827	-5,1%	-7,4%
Impostos e taxas	314	309	293	1,3%	5,6%
Depreciações e amortizações do exercício	117	365	762	-67,9%	-52,1%
GASTOS DE NATUREZA FINANCEIRA	169	104	101	63,0%	2,8%
Juros suportados	0	0	0	-	-
Comissões	169	104	101	63,0%	2,8%
Outras provisões	0	0	0	-	-

Prosseguindo uma política de otimização do seu funcionamento, os gastos de natureza operacional da GNB Seguros ascendem a 8.895 milhares de euros, apresentando uma melhoria (-6,0%) comparativamente a 2017. De referir que estes gastos incluem na rubrica de fornecimentos e serviços externos, os custos relacionados com a gestão de serviços de Saúde, Auto, Acidentes Pessoais e Acidentes de Trabalho efetuados por entidades externas, que são registados primeiro nesta natureza e posteriormente integralmente imputados à função sinistros. Excluindo estes, os gastos de natureza operacional ascenderiam a 6.211 milhares de euros e apresentariam um decréscimo de 7,9% face ao ano anterior.

Os “Gastos com Pessoal” totalizaram 2.462 milhares de euros, não registando qualquer evolução face ao ano anterior, traduzindo o adiamento da reestruturação organizacional da GNB Seguros.

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” (FSE) ascendem a 6.003 milhares de euros (incluindo os honorários pela prestação de serviços externos relacionados com a gestão dos produtos Saúde, Auto, Acidentes Pessoais e Acidentes de Trabalho) e registam uma diminuição face ao ano anterior de 320 milhares de euros (-5,1%), explicada essencialmente pela redução dos honorários com a gestão de serviços dos diversos produtos, decorrente principalmente da diminuição dos Prémios Adquiridos dos produtos do ramo Doença, assim como pela diminuição verificada em algumas rubricas como consultadoria e trabalhos executados no exterior.

Também a diminuição na rubrica “Quotizações da Actividade”, explicada por em 2017 se terem assumido custos de natureza extraordinária (Quotizações Extraordinárias referentes à Dotação para o Fundo APS no Incêndio de Pedrogão Grande no valor de 26 milhares de euros e nos Incêndios de 15 e 16/Outubro/2017 no valor de 12 milhares de euros) assim como na rubrica “Gastos com cobrança de prémios” (explicada pelo elevado valor da rubrica em 2017, ano em que se registou o acerto das comissões de transferência SEPA de 2016 no valor de 57 milhares de euros) contribuem para a referida evolução.

A evolução dos “Impostos e Taxas” (+ 1,3%) face a 2017 é devida principalmente à “Taxa para a ASF”, decorrente do crescimento do volume de prémios da Companhia.

As “Depreciações e amortizações do exercício” registaram um valor de 117 milhares de euros, diminuindo 248 milhares de euros (- 67,9%) face a 2017, o que se explica pelo término do período de vida útil de alguns bens do parque Imobilizado da Companhia (essencialmente nas rubricas de “Software” e de “Instalações Interiores”) e a um reduzido volume de novos investimentos.

1.4.6 Rácio Combinado

A evolução dos rácios de custos com sinistros líquidos de resseguro e custos e gastos de exploração líquidos de resseguro em relação aos prémios adquiridos líquidos de resseguro foi a seguinte:

	2018	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
Rácio de Despesas líquidas de resseguro (Custos e Gastos de Exploração liq.resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	13,7%	17,5%	15,4%	- 3,8 pp	2,0 pp
Doença	10,4%	11,9%	12,0%	- 1,4 pp	- 0,1 pp
Riscos Múltiplos	19,2%	28,0%	20,3%	- 8,7 pp	7,7 pp
Automóvel	22,3%	21,8%	19,8%	0,4 pp	2,1 pp
Rácio de Sinistralidade líquida de resseguro (Custos com Sinistros liq. Resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	74,3%	71,2%	69,2%	3,1 pp	2,0 pp
Doença	80,9%	79,7%	85,0%	1,2 pp	- 5,3 pp
Riscos Múltiplos	63,8%	57,0%	52,8%	6,8 pp	4,2 pp
Automóvel	80,2%	86,1%	67,1%	- 5,9 pp	19,1 pp
Rácio combinado, líquido de resseguro	88,0%	88,6%	84,6%	- 0,7 pp	4,1 pp
Doença	91,3%	91,6%	97,0%	- 0,2 pp	- 5,4 pp
Riscos Múltiplos	83,1%	84,9%	73,1%	- 1,9 pp	11,9 pp
Automóvel	102,5%	108,0%	86,9%	- 5,5 pp	21,1 pp

1.4.7 Provisões Técnicas

As provisões técnicas apresentam um aumento de 10,3% em relação a 2017, situando-se nos 77.377 milhares de euros.

Esta evolução está fortemente influenciada pelo aumento da provisão para prémios não adquiridos (+ 4.412 milhares de euros do que em 2017), bem como pelo aumento da provisão para sinistros (+ 2.650 milhares de euros do que no ano anterior), em particular nos seguros Riscos Múltiplos Habitação (+ 1.036 milhares de euros para fazer face aos eventos ocorridos em 2018) e Doença (+ 1.547 milhares de euros).

(Unidade: Milhares de euros)	2018	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
Provisões técnicas	77.377	70.182	62.394	10,3%	12,5%
Provisão para prémios não adquiridos	32.113	27.701	23.112	15,9%	19,9%
Provisão para sinistros	37.974	35.324	32.738	7,5%	7,9%
De acidentes de trabalho	134	82	11	62,4%	647,7%
De outros ramos	37.841	35.242	32.727	7,4%	7,7%
Provisão para participação nos resultados	0	0	0	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	2.826	2.571	2.329	9,9%	10,4%
Provisão para riscos em curso	2.464	2.587	2.215	-4,7%	16,8%
Outras provisões técnicas	2.000	2.000	2.000	0,0%	0,0%

Sem prejuízo de manter como eixo da sua atuação uma permanente adequação do nível de provisionamento às suas responsabilidades, a Companhia manteve uma abordagem prudente e conservadora na determinação do nível de provisionamento.

Tal situação é mais relevante no seguro Automóvel, nomeadamente no que se refere a responsabilidades com danos corporais, para fazer face à incerteza e volatilidade associada aos sinistros, em número ou custo, numa carteira relativamente reduzida.

O aumento na provisão para prémios não adquiridos (registra um acréscimo de 4.412 milhares de euros face a 2017), deve-se essencialmente ao seguro de Proteção ao Crédito (aumento de 4.179 milhares euros face ao ano anterior), consequência do forte aumento dos prémios brutos emitidos registado neste produto em 2018 (trata-se de um produto com duração do risco a vários anos e com emissão de prémio único inicial, havendo assim que efetuar um diferimento do prémio ao longo da vida útil do contrato, feito através desta provisão).

1.4.8 Atividade Financeira

O valor total dos ativos financeiros (incluindo depósitos bancários) totalizou 102.961 milhares de euros no final de 2018, sendo constituído na sua maioria por obrigações, depósitos à ordem e depósitos a prazo. O total de Investimentos apresentou uma diminuição de 0,5% em relação a 2017.

(Unidade: Milhares de euros)	2018	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
INVESTIMENTOS	102.961	103.451	101.302	-0,5%	2,1%
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.194	9.044	15.773	-64,7%	-42,7%
Ativos financeiros valorizados ao justo valor	96.285	88.407	85.528	8,9%	3,4%
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	3.481	6.000	0	-42,0%	-

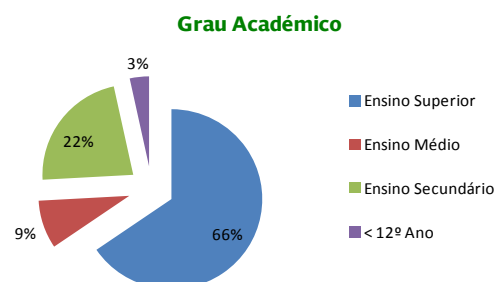
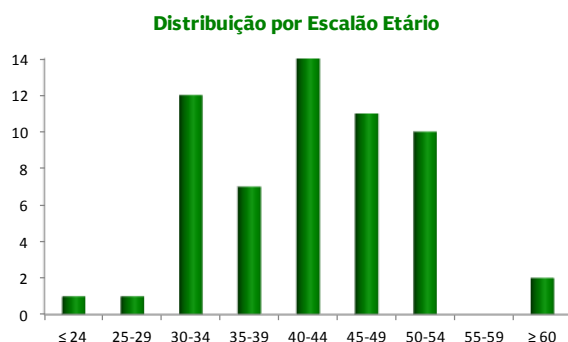
Em 2018 verificou-se uma diminuição nos rendimentos líquidos de gastos financeiros, no valor de 171 milhares de euros, consequência da diminuição da rentabilidade dos títulos por efeito da descida das taxas de juro e uma diminuição nos ganhos líquidos de ativos e passivos, no valor de 655 milhares de euros, originada pela menor realização de valias comparativamente com o ano anterior. Os resultados obtidos na atividade financeira líquida apresentaram uma diminuição de 36,3% face a 2017.

(Unidade: Milhares de euros)	2018	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
Atividade Financeira Líquida	1.303	2.045	1.428	-36,3%	43,2%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	1.084	1.255	1.413	-13,7%	-11,2%
Ganhos líquidos de ativos e passivos	135	790	16	-83,0%	4917,9%
Perdas de Imparidade	-85	0	0	-	-100,0%

1.4.9 Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2018, a GNB Seguros tinha 58 colaboradores com vínculo contratual à Companhia, mais 4 do que no final de 2017, dos quais 50 como efetivos (mais 1 efetivo que em 2017).

Com uma média de idades de 42 anos, o escalão etário entre os 40 e os 44 anos é o que tem maior número de colaboradores. No que se refere à formação académica, 66% dos colaboradores têm formação académica de nível superior.



1.4.10 Resultado do Exercício e Capital Próprio

A GNB Seguros atingiu em 2018 um resultado líquido de 6.612 milhares de euros, representando 8,4% dos prémios brutos emitidos (8,2% em 2017) e um aumento de 4,6% em relação ao ano anterior, tendo apresentado também um resultado superior ao previsto.

(Unidade: Milhares de euros)	2018	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
CAPITAL PRÓPRIO	30.916	31.372	34.443	-1,5%	-8,9%
Capital	15.000	15.000	15.000	0,0%	0,0%
Reservas de reavaliação	1.198	2.789	3.959	-57,1%	-29,5%
Reserva por impostos diferidos	-299	-697	-990	57,1%	29,5%
Ajustamento (overlay approach)	-59	0	0	-	-
Outras reservas	8.365	7.955	7.009	5,2%	13,5%
Resultados transitados	100	3	3	3340,3%	1,7%
Resultado do exercício	6.612	6.322	9.461	4,6%	-33,2%

O capital próprio, no valor de 30.916 milhares de euros, apresentou uma diminuição de 1,5% (- 456 milhares de euros) relativamente ao verificado em 31 de dezembro de 2017.

Esta evolução do Capital Próprio, para além do contributo favorável do Resultado Líquido do exercício, é explicada pela variação desfavorável ocorrida na Reserva de Reavaliação e pela distribuição de dividendos aos acionistas, no valor de 5.691 milhares de euros, referentes ao exercício de 2017.

1.4.11 Solvência II

O regime de Solvência II, que entrou em vigor em 2016, destaca-se não só por uma avaliação dos ativos e passivos baseada em princípios económicos mas também num alinhamento dos requisitos de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas e a existência de um modelo de negócio e uma cultura de gestão (e de supervisão) baseada nos riscos.

Ao longo do exercício, a GNB Seguros procedeu à avaliação regular dos requisitos de solvência e dos fundos próprios disponíveis, efetuando os reportes regulamentares previstos. Na determinação das suas responsabilidades, a Companhia não recorre às medidas transitórias previstas no normativo em vigor, com exceção do ajustamento de volatilidade.

À data do presente relatório e de acordo com a informação reportada à ASF referente ao último trimestre de 2018, a situação de Solvência II da Companhia resume-se no quadro seguinte, apresentando valores confortáveis face aos requisitos regulamentares e aos definidos na Política de Appetite ao Risco da Companhia.

MARGEM DE SOLVÊNCIA II

(Unidade: Milhares de euros)	2018 (*)	2017	2016	Var.2018/ 2017	Var.2017/ 2016
Fundos Próprios	39.528	37.997	33.968	4,0%	11,9%
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	17.546	17.927	20.398	-2,1%	-12,1%
Excesso/(insuficiência)	21.982	20.071	13.570	9,5%	47,9%
Rácio SCR	225%	212%	166,5%	13,3 pp	45,4 pp

(*) Elementos previsionais, considerando a estimativa de distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração e incluída no presente relatório, e ainda sujeitos a auditoria no âmbito do reporte prudencial da informação anual a enviar à ASF em Maio de 2019.

1.4.12 Síntese e Perspetivas

Na continuidade do verificado no ano anterior, ao nível do negócio, a actividade da GNB Seguros no ano de 2018 foi ainda pautada por um fraca evolução na generalidade dos produtos, exceção feita aos produtos ligados ao crédito, influenciados pelo dinamismo que o distribuidor colocou nesta atividade.

No entanto, procurando continuar a responder às necessidades imediatas dos seus clientes e parceiros, a GNB Seguros alargou a sua atividade com novos produtos e novos segmentos (na área das micro e pequenas empresas) e prosseguiu, na medida do possível, com a adequação da sua estrutura, processos e ferramentas para responder às necessidades do exercício da atividade num contexto cada vez mais exigente.

Tal como no ano anterior, em 2018 assistimos a eventos de elevada severidade no sector segurador, afetando também a actividade da GNB Seguros. Destaca-se neste capítulo a “tempestade Leslie” que, em termos do número de participações de sinistros decorrentes de um único evento, foi um dos maiores sinistros da história dos seguros em Portugal.

O ano de 2018 foi ainda marcado pelas adaptações que foi necessário fazer decorrente da entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados e a preparação para o novo quadro regulamentar da Distribuição de Seguros.

Duas outras alterações marcaram também o final do ano: a mudança de instalações e Sede Social para a Rua Castilho, nº 26 e a alteração na estrutura acionista, com a aquisição por parte do Credit Agricole Assurances S.A. da participação acionista de 25% detida pela Seguradoras Unidas, S.A. na GNB Seguros, passando assim o Credit Agricole Assurances a deter 75% das acções da Companhia

No futuro próximo, a GNB Seguros procurará reforçar a sua relação com os diversos parceiros de negócio e, em particular, com os clientes do seu principal distribuidor, o Novo Banco. Por um lado, continuando a fidelizar e aumentar gradualmente o nível de equipamento dos clientes particulares, complementando os canais atuais com novos meios que permitam facilitar o contato e a relação com os clientes. Por outro, alargando a oferta de produtos de seguros, fundamental para responder às necessidades dos clientes do banco.

Em paralelo, o desenvolvimento da parceria com o Credibom é também um dos eixos de ação previstos para os próximos anos, seja através da dinamização dos produtos já existentes ou com o potencial desenvolvimento de novos produtos e canais.

O ano de 2019 trará ainda desafios no campo organizacional. Para responder de forma adequada às exigências de todos os seus interlocutores, a GNB Seguros não poderá deixar também de atuar ao nível da adequação da estrutura operacional, dos processos e do modelo de governo que, associada a uma adequada Política de Subscrição, equilíbrio técnico, correta gestão dos seus riscos e prestação de níveis de serviço, que se querem de excelência.

Como tal, estas vertentes serão um eixo estratégico a ter em conta, uma vez que são fundamentais para a eficiência do modelo de bancasseguros que permita continuar a acrescentar valor para os seus clientes, parceiros de negócio, colaboradores e acionistas.

1.5. Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício foi de 6.611.767,01 euros.

Adicionando a este resultado líquido o valor de 99.738,00 euros correspondente a resultados transitados, são suscetíveis de serem distribuídos 6.711.505,01 euros.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

- 1) 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 661.176,70 euros, para Reserva Legal;
- 2) O valor de 6.000.000,00 euros para distribuição de dividendos aos acionistas, sendo 5.950.590,31 euros por aplicação do resultado do exercício e 49.409,69 euros por distribuição de resultados transitados.

1.6. Nota final

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da GNB-Companhia de Seguros, S.A..

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento pela confiança dos clientes e apoio dos acionistas, bem como o empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, fundamentais para que a GNB Seguros continue a atingir os objetivos a que se propõe.

Desejamos expressar também o nosso reconhecimento à imprescindível colaboração prestada pelo Grupo Crédit Agricole e pelo Grupo Novo Banco.

Registamos também com elevado apreço a ação do Conselho Fiscal e agradecemos a colaboração prestada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e pela Associação Portuguesa de Seguradores, nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 18 de março de 2019

O Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

2.1. Conta de Ganhos e Perdas

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	dezembro 2018			Valores em euros
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	dezembro 2017
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	63.611.127	-	63.611.127	63.004.256
Prémios brutos emitidos		78.471.213	-	78.471.213	77.252.067
Prémios de resseguro cedido		(14.633.519)	-	(14.633.519)	(14.165.022)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(5.698.646)	-	(5.698.646)	(5.586.710)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		5.472.079	-	5.472.079	5.503.921
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	(47.247.609)	-	(47.247.609)	(44.832.202)
Montantes pagos		(44.513.469)	-	(44.513.469)	(42.532.173)
Montantes brutos		(47.788.529)	-	(47.788.529)	(44.183.735)
Parte dos resseguradores		3.275.060	-	3.275.060	1.651.562
Provisão para sinistros (variação)		(2.734.140)	-	(2.734.140)	(2.300.029)
Montante bruto		(2.649.961)	-	(2.649.961)	(2.585.837)
Parte dos resseguradores		(84.179)	-	(84.179)	285.808
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	7	(132.740)	-	(132.740)	(614.006)
Custos e gastos de exploração líquidos	8	(8.699.336)	-	(8.699.336)	(11.013.546)
Custos de aquisição		(10.606.998)	-	(10.606.998)	(11.581.960)
Custos de aquisição diferidos (variação)		1.286.648	-	1.286.648	998.460
Gastos administrativos		(2.717.009)	-	(2.717.009)	(3.445.733)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		3.338.023	-	3.338.023	3.015.687
Rendimentos	9	1.281.903	1.959	1.283.862	1.387.683
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		1.226.847	1.959	1.228.806	1.387.683
De outros		55.056	-	55.056	-
Gastos financeiros - Outros		(200.258)	-	(200.258)	(132.736)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		134.699	-	134.699	790.164
De ativos e passivos financeiros disponíveis para venda	12	-	-	-	790.164
De ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	12	134.699	-	134.699	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(79.047)	-	(79.047)	-
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	13	(79.047)	-	(79.047)	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos financeiros ao justo valor através de reservas	14	84.775	-	84.775	-
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	31	79.047	-	79.047	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	15	(4.820)	-	(4.820)	(735)
Outros rendimentos/gastos	15	-	44.162	44.162	(28.931)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		8.827.741	46.121	8.873.862	8.559.947
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	26	-	(2.305.221)	(2.305.221)	(2.229.937)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	26	-	43.126	43.126	(7.722)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				6.611.767	6.322.288
Resultado por ação básico				2,20	2,11

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2.2. Demonstração da posição financeira

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

ATIVO
EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017

Valores em euros

Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	dezembro 2018	dezembro 2017
ATIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16	3.194.270	9.043.920
Ativos financeiros disponíveis para venda	17	-	88.406.922
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	18	4.061.085	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	19	92.223.772	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	20	3.481.419	-
Empréstimos e contas a receber	21	-	6.000.092
Outros ativos tangíveis	22	5.540	13.153
Outros ativos intangíveis	23	492.247	278.378
Provisões técnicas de resseguro cedido	24	12.903.784	11.020.941
Provisão para prêmios não adquiridos		8.306.613	6.339.591
Provisão para sinistros		4.597.171	4.681.350
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25	4.776.653	4.701.589
Contas a receber por operações de seguro direto		1.358.087	1.103.647
Contas a receber por outras operações de resseguro		2.873.141	1.358.024
Contas a receber por outras operações		545.425	2.239.918
Ativos por impostos	26	489.747	2.521.102
Ativos por impostos correntes		324.253	2.521.102
Ativos por impostos diferidos		165.494	-
Acréscimos e diferimentos	27	235.151	301.077
TOTAL ATIVO		121.863.669	122.287.174

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S A

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

		Valores em euros	
Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	dezembro 2018	dezembro 2017
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	24	77.376.994	70.182.295
Provisão para prémios não adquiridos		32.112.655	27.700.657
Provisão para sinistros de outros ramos		37.974.206	35.324.246
De acidentes de trabalho		133.610	82.250
De outros ramos		37.840.596	35.241.996
Provisão para desvios de sinistralidade		2.826.192	2.570.831
Provisão para riscos em curso		2.463.941	2.586.561
Outras provisões técnicas		2.000.000	2.000.000
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	11	122.000	196.079
Outros credores por operações de seguros e outras operações	28	5.348.183	9.980.722
Contas a pagar por operações de seguro directo		1.672.685	2.223.035
Contas a pagar por outras operações de resseguro		3.271.883	3.571.683
Contas a pagar por outras operações		403.615	4.186.004
Passivos por impostos	26	733.880	1.529.785
Passivos por impostos correntes		733.880	1.193.182
Passivos por impostos diferidos		-	336.603
Acréscimos e diferimentos	29	6.714.013	8.373.550
Outras Provisões	30	652.635	652.635
TOTAL PASSIVO		90.947.705	90.915.066
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	31	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		1.197.874	2.789.422
Reserva por impostos		(299.469)	(697.356)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)		(59.285)	-
Outras reservas		8.365.339	7.954.855
Resultados transitados		99.738	2.899
Resultado do exercício		6.611.767	6.322.288
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		30.915.964	31.372.108
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		121.863.669	122.287.174

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2.3. Demonstração de Variações do Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Valores em euros

	Capital Social	Reserva de reavaliação	Reservas por impostos diferidos e correntes	Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	Outras reservas		Resultados transitados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda / valorizados ao justo valor através de reservas			Reserva Legal	Outras reservas			
Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2016	15.000.000	3.959.431	(989.858)	-	6.786.971	221.745	2.851	9.461.387	34.442.527
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(1.170.009)	-	-	-	-	-	-	(1.170.009)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	292.502	-	-	-	-	-	292.502
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	946.139	-	48	(946.187)	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	(8.515.200)	(8.515.200)
Total da variação do capital próprio	-	(1.170.009)	292.502	-	946.139	-	48	(9.461.387)	(9.392.707)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.322.288	6.322.288
Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2017	15.000.000	2.789.422	(697.356)	-	7.733.110	221.745	2.899	6.322.288	31.372.108
Ajustamentos IFRS9 (de abertura)	-	-	-	-	-	-	(123.966)	-	(123.966)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(1.591.548)	-	-	-	-	-	-	(1.591.548)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	-	-	(59.285)	-	-	-	-	(59.285)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	397.887	-	-	-	-	-	397.887
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	632.229	-	-	(632.229)	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	(941)	(5.690.059)	(5.691.000)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	(221.745)	221.745	-	-
Total da variação do capital próprio	-	(1.591.548)	397.887	(59.285)	632.229	(221.745)	96.839	(6.322.288)	(7.067.911)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.611.767	6.611.767
Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2018	15.000.000	1.197.874	(299.469)	(59.285)	8.365.339	-	99.738	6.611.767	30.915.964

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2.4. Demonstração do Rendimento Integral

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	Notas do Anexo	2018	2017
Resultado líquido do exercício		6.611.767	6.322.288
Variação das reservas de reavaliação			
<i>Itens já classificados para a demonstração de resultados</i>			
Imparidades dos ativos financeiros disponíveis para venda/valorizados ao justo valor através de reservas	13	(84.775)	-
Vendas de ativos financeiros disponíveis para venda/valorizados ao justo valor através de reservas	12	(134.699)	(790.164)
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Variação do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda/valorizados ao justo valor através de reservas		(1.372.074)	(379.845)
Variação dos impostos correntes e diferidos	25	397.887	292.502
Outras variações de capital próprio			
<i>Itens que não virão a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)		-	-
Total do rendimento integral		5.418.106	5.444.781

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	2018	2017
FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL		
A Recebimentos		
Operações de Seguro	86.332.134	80.582.695
Operações de Resseguro	539.228	70.548
Outras Atividades Operacionais	95.703	2.371
B Pagamentos		
Operações de Seguro	(42.771.746)	(37.431.158)
Operações de Resseguro	(6.869.523)	(4.596.000)
Comissões	(12.823.939)	(7.612.413)
Outras Atividades Operacionais	(900)	(736)
C Pagamentos ao Pessoal	(1.248.323)	(1.215.368)
D Pagamentos a Fornecedores	(8.359.417)	(5.620.232)
E Outros pagamentos e recebimentos	713.980	(525.153)
F Impostos e Taxas	(9.193.869)	(9.455.173)
G Impostos sobre o rendimento	(878.878)	(4.634.485)
Fluxos de Atividade Operacionais (1)	5.534.450	9.564.896
FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
H Recebimentos		
Alienação de Investimentos	31.695.159	15.932.220
Alienação de Imobilizado	-	-
Dividendos	55.056	84.632
Juros	1.176.220	1.303.051
Outros Rendimentos	57	2.476
I Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(38.619.592)	(25.101.405)
Fluxos de Atividade de Investimento (2)	(5.693.100)	(7.779.026)
FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
J Pagamentos		
Dividendos	(5.691.000)	(8.515.200)
Fluxos de Atividade de Financiamento (3)	(5.691.000)	(8.515.200)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) -	(5.849.650)	(6.729.330)
K Caixa e seus equivalentes no início do exercício	9.043.920	15.773.250
L Caixa e seus equivalentes no final do exercício	3.194.270	9.043.920

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2.6. Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Introdução

A Companhia (então designada por Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A) foi constituída por escritura celebrada em 12 de Setembro de 1996 com um Capital Social de €7.481.968,46, posteriormente atualizado para €15.000.000.

Em 27 de Junho de 2006 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, SA, com o N° 503 718 092, de pessoa coletiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Rua Castilho, 26-4º 1250-069 Lisboa, Portugal.

Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole, S.A., ficando este com o controlo de gestão da Companhia; os restantes 50% são detidos pelo Grupo Banco Espírito Santo e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 2008, ocorreram alterações ao nível da estrutura acionista da Companhia com a transmissão da participação detida pelo Crédit Agricole, S.A para a Crédit Agricole Assurances de 1.500.000 ações representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto.

Em Agosto de 2014 com a resolução do Banco Espírito Santo a titularidade das ações pertencentes ao Banco Espírito Santo, S.A. e que representam 24,99334% do capital da Companhia passou para o Novo Banco, S.A., tendo posteriormente a Companhia alterado a sua designação para GNB – Companhia de Seguros, S.A, (“GNB Seguros” ou “Companhia”) conforme decisão da Assembleia Geral de 9 de Dezembro de 2014 e autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões de 30 de Dezembro de 2014.

Em 21 de Dezembro de 2018 verificou-se a aquisição por parte do acionista Crédit Agricole Assurances S.A (CAA) da participação de 25% detida pelas Seguradora Unidas, SA, passando assim o CAA a ser detentor de 75% das ações da Companhia.

A Companhia é consolidada nas demonstrações financeiras da Crédit Agricole Assurances S.A..

Descrição da natureza do negócio

A GNB Seguros deu continuidade à sua atividade na área de Banca Seguros, ao servir os clientes particulares do Novo Banco, Novo Banco dos Açores e Banco BEST, com os produtos de base de seguros não-vida.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Descrição das bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras individuais da GNB Seguros agora apresentadas reportam-se aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março.

Este Plano de Contas tem por base as International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adotadas na União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos na IFRS 4 - Contratos de Seguro. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações

emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, exceto no que diz respeito à adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. A IFRS 9 vem substituir a IAS 39 Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração e estabelece novas regras para a contabilização dos instrumentos financeiros, apresentando alterações sobretudo ao nível da classificação e mensuração, incluindo os requisitos de imparidade para ativos financeiros. A Companhia prepara as demonstrações financeiras de acordo com o princípio contabilístico da continuidade do negócio.

As demonstrações financeiras e respetivo anexo estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os ativos financeiros ao justo valor através de reservas, ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 8 de março de 2019. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Companhia, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 anexas encontram-se pendentes da aprovação pela Assembleia-geral de Acionistas, embora o Conselho de Administração admita que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Adoção da IFRS 9 – Instrumentos financeiros

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 9, a Companhia optou pela aplicação retrospectiva com ajustamento nos resultados transitados, à data de adoção inicial (1 de janeiro de 2018), sendo que os valores comparativos não foram reexpressos.

A Companhia optou ainda pela aplicação da abordagem da sobreposição (“Overlay Approach”). A “Overlay Approach” está disponível para todos os emissores de contratos de seguro. Segundo esta abordagem, uma Companhia aplicará a IFRS 9, mas poderá reclassificar os valores entre a Conta de Ganhos e Perdas e Rendimento Integral para ativos financeiros elegíveis. Como resultado, para os ativos financeiros elegíveis que a Companhia seleciona, será reportado o mesmo ganho ou perda como se a IAS 39 tivesse sido aplicada a esses ativos. Isso permite que as entidades removam da Conta de Ganhos e Perdas a volatilidade adicional que pode surgir se a IFRS 9 for aplicada com a IFRS 4.

A adoção da IFRS 9 resultou em mudanças nas políticas contabilísticas relativamente ao reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e imparidade de ativos financeiros.

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

A reclassificação dos ativos financeiros no momento da alteração da política contabilística em 1 de Janeiro de 2018, é analisado como se segue:

	IAS 39	IFRS 9	
	Categoria	Categoria	Valor *
Financial Assets			
Caixa e Depósitos à Ordem	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9.044
Acções e Fundos de Investimento	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	4.045
Obrigações	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	84.362
Depósitos a Prazo	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	6.000

*Milhares de euros

Face ao normativo contabilístico anterior, não existem alterações na classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia

Imparidade de ativos financeiros

A aplicação da IFRS 9 obriga à determinação das perdas de imparidade com base no modelo das perdas de crédito estimadas, em vez da avaliação efetuada com base nas perdas incorridas conforme previsto na IAS 39.

As principais classes de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de imparidade de crédito previsto na IFRS 9, que a Companhia detém são os seguintes:

- Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem;
- Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas;
- Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado; e

A Companhia reviu a sua metodologia de cálculo e reconhecimento de perdas de imparidade para cada uma das suas classes de ativos financeiros.

a) Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado e Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Os depósitos em outras instituições de crédito foram considerados como tendo baixo risco, de modo que as perdas de imparidade foram determinadas avaliando as perdas estimadas nos próximos 12 meses, conforme o modelo geral das perdas de crédito estimadas.

b) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas

Os Ativos financeiros valorizados ao justos valor através de reservas foram considerados como tendo baixo risco, de modo que as perdas de imparidade foram determinadas para as perdas estimadas nos próximos 12 meses, conforme o modelo geral das perdas de crédito estimadas.

O impacto total nos resultados transitados da Companhia provocado pela adoção do modelo de imparidade da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018 é o seguinte:

Resultados Transitados	01-01-2018
Saldos IAS 39	6 325 188
Aumento da imparidade para caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	(72.459)
Aumento da imparidade para ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(44 756)
Aumento da imparidade para ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(48 073)
Aumento dos ativos por impostos diferidos relacionados com a imparidade dos ativos financeiros	41 322
Ajustamentos por adoção do IFRS 9	(123 966)
Saldos IFRS 9	6 201 222

Abordagem da sobreposição (overlay approach)

Uma seguradora pode optar por aplicar a abordagem de sobreposição descrita no parágrafo 35B da IFRS 4, apenas quando aplica pela primeira vez a IFRS 9.

Um ativo financeiro é elegível para designação para a abordagem de sobreposição se, e só se, estiverem preenchidos os seguintes critérios:

- É mensurado pelo justo valor através dos resultados por aplicação da IFRS 9 mas não teria sido totalmente mensurado pelo justo valor através dos resultados por aplicação da IAS 39; e
- Não é detido relativamente a uma atividade que não esteja ligada a contratos abrangidos pela IFRS 4.

A Companhia cumpre os requisitos da abordagem de sobreposição para os instrumentos financeiros que pelos critérios de classificação da IAS 39 eram considerados como ativos financeiros disponíveis para venda e pelos critérios de classificação da IFRS 9 foram reclassificados para a classe de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas. Os ativos financeiros em contenda são instrumentos de capital (unidades de participação em fundos de investimento e ações) uma vez que não cumprem com as características dos fluxos de caixa contratuais do teste SPPI (solely payments of principal and interest), conforme descrito na nota 18.

A Companhia aplica a abordagem de sobreposição a um ativo financeiro designado até que esse ativo financeiro seja desreconhecido.

2.3. Especialização de Exercícios

Os proveitos e os custos são considerados quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do recebimento ou pagamento, estando assim relevados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

2.4. Responsabilidade por Férias e Subsídio de Férias

Esta responsabilidade está refletida na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” do passivo, representando dois meses de remuneração a auferir pelos empregados em 2019 e respetivos

encargos, ficando assim representadas as responsabilidades legais existentes, uma vez que o direito a estas remunerações foi adquirido no exercício de 2018.

2.5. Operações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados exceto quando relacionadas com operações que qualificam como coberturas de fluxos de caixa, e/ou coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, sendo diferidas em outros rendimentos integrais.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.6. Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("*discounted cash flows*") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Atualmente, a Companhia não detém qualquer instrumento financeiro derivado e não faz contabilidade de cobertura.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.7. Outros Ativos Financeiros (ver anexo 1)

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Companhia na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral,

que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Companhia não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Companhia optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através de reservas;

(iii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de reservas.

A 31 de dezembro de 2018, a classificação dos ativos financeiros da Companhia por categoria encontram-se nas Nota 18, 19 e 20.

Mensuração

A Companhia mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros não valorizados ao justo valor por vida de ganhos e perdas. Os custos de transação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”, nos rendimentos.

Os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de reservas, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de reservas que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente em reservas, no Capital Próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

Perdas por imparidade

A Companhia avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor

através de reservas. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores.

A Companhia aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo. São detalhados na Nota 31 (Gestão dos riscos de atividade) os procedimentos adotados pela Companhia para verificar se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Reclassificação entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados. A reclassificação é aplicada prospectivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressados quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionados com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital valorizados ao justo valor por reservas, nem de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Políticas contabilísticas adotadas até 31 de dezembro de 2017

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias da IAS 39:

- *Investimentos disponíveis para venda*

Os investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

- *Empréstimos concedidos e contas a receber*

Os empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui, entre outros, depósitos em instituições de crédito, depósitos junto de empresas cedentes e empréstimos e outras contas a receber.

Existem ainda saldos resultantes de operações de seguro direto e resseguro, os quais são apresentados na demonstração da posição financeiras na rubrica “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros disponíveis para venda e (ii) empréstimos e contas a receber são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controle sobre os ativos.

Os “Empréstimos concedidos e contas a receber” são reconhecidos ao justo valor no momento inicial e são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, sendo deduzidas quaisquer perdas de imparidade.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Transferências entre categorias de ativos financeiros

A IAS 39 permite que uma entidade transfira “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação” para as carteiras de “Ativos financeiros disponíveis para venda”, “Empréstimos concedidos e contas a receber” ou para “Investimentos financeiros detidos até à maturidade”, desde que esses ativos financeiros obedeçam às seguintes características:

- Se o ativo financeiro, na data da reclassificação deixar de ser detido para efeitos de venda ou recompra no curto prazo;
- O ativo financeiro corresponde à definição de empréstimos concedidos e contas a receber e a companhia tem a capacidade e intenção de deter os instrumentos no futuro previsível, ou até à maturidade;
- quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de “Ativos financeiros disponíveis para venda” para as categorias de “Empréstimos concedidos e contas a receber” e “Investimentos financeiros detidos até à maturidade” são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse

evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A Companhia elegeu como critérios de imparidade os seguintes:

- Instrumentos de capital, o declínio de 50% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 24 meses;
- Adicionalmente, para os instrumentos financeiros com menos valias não realizadas, a análise sobre a imparidade requer a aplicação de um julgamento. Uma diminuição de 30% durante 6 meses é um critério que ajuda a aplicar este julgamento;
- Instrumentos de dívida, incumprimentos do emissor.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Justo valor dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas;

Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado;

Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os inputs não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV (“*Net Asset Value*”) divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.

- Tendo por base os critérios definidos na IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2, uma vez que a avaliação deste passivo é efetuada pela Companhia tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A 31 de dezembro de 2017 e 2018, a Companhia apenas tem passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, nomeadamente “outros credores por operações de seguros e outras operações”.

2.9. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarem benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,50%
Máquinas e ferramentas	20 a 25%
Equipamento informático	10 a 33,33%
Instalações interiores	10%
Material de transporte	25%
Outros Equipamentos	12,50%
Património artístico	12,50%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. Ativos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com software adquirido.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software*, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Despesas de constituição e instalação	33,33%
Despesas de investigação e desenvolvimento	33,33%
Despesas em edifícios arrendados	10%
Equipamento informático (software)	16,66% a 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.11. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – *Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo sejam transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais:

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.12. Benefícios aos empregados

Pensões

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos mesmos termos que os estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) aplicáveis ao sector segurador.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. Estas alterações mantiveram-se no Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2016. Embora não sendo subscritora deste Acordo, a Companhia decidiu manter e aplicar em 2016 os mesmos termos aí estabelecidos.

Das alterações referidas, são de salientar as seguintes: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (settlement).

Segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005, a Companhia deixou de ter responsabilidade com o plano de pensões dos Administradores por liquidação da responsabilidade e respetivo património, relativa aos dois únicos participantes existentes no ano precedente, responsabilidade essa, que é integralmente assumida por outro associado.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiam de um plano individual de reforma (PIR) em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem do ordenado base anual do trabalhador. Esta percentagem é de 3.25% desde 2017, sendo que o PIR tem capital garantido sobre as contribuições já realizadas. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

Para tal, a Companhia constituiu um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido junto da GNB – Companhia de seguros de vida S.A., efetuando contribuições anuais tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador, aplicando em 2016 os termos estabelecidos na regulamentação coletiva de trabalho aplicável ao sector segurador. A Companhia considera que transferiu a responsabilidade da garantia de capital do PIR para a referida entidade.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Prémio de permanência (benefício de médio/longo prazo)

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com a Política de Remunerações dos colaboradores e as disposições estatutárias, os acionistas podem aprovar anualmente em Assembleia-Geral um valor a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

Benefícios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando a Companhia cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando um empregado aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios. A GNB Seguros reconhece a responsabilidade com benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas: na qual a Companhia deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual a GNB Seguros reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses, após o final do período de reporte, são descontados para o seu valor presente.

2.13. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declaração de autoliquidação, elaborada de acordo com as normas fiscais vigentes, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior,, contados a partir do exercício a que respeitam (quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011, cinco anos para os exercícios de 2012 e 2013, doze anos para os exercícios de 2014 a 2016 e cinco anos para o exercício de 2017 e 2018). Não se esperam ajustamentos às declarações já entregues.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovada à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro e a Companhia não controla a tempestividade da reversão das diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.14. Outras Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa

fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos."

A respetiva mensuração é efetuada com base nos processos e a avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos Advogados que acompanham o processo, quer se trate de processos judiciais quer se trate de provisões gerais.

2.15. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de "Juros e proveitos similares" utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.16. Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.17. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros define que os prémios de seguro direto sejam considerados, na sua totalidade, como proveitos no momento da emissão ou renovação da respetiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação. Assim, no final de cada exercício são realizadas determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como se segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para Prémios Não Adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões para prémio não adquiridos são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para sinistros de seguro direto.

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor dos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2018 e ainda não participados (IBNR) e os custos diretos e indiretos associados com a regularização futura destes sinistros.

Esta provisão é calculada do seguinte modo:

- a) Com base na análise efetuada aos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- b) Pela aplicação de uma taxa, determinada individualmente para cada ramo através de estudos atuariais efetuados ao longo do exercício tendo por base as características específicas de cada um, ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados de cada ramo, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício;
- c) Pela projeção, dos custos associados à regularização dos sinistros já encerrados, aplicada aos sinistros em curso e à estimativa de sinistros ocorridos e ainda não participados.

Provisão para Riscos em Curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, sendo calculada em conformidade com os critérios estabelecidos pela ASF.

Provisão para Desvios de Sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade exceccionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão foi constituída para o risco de fenómenos sísmicos, calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para Envelhecimento

A provisão para envelhecimento destina-se a fazer face ao valor atuarial dos compromissos da Companhia no ramo Doença após dedução do valor atuarial dos prémios futuros.

Esta provisão, é calculada tendo por base as previsões de permanência dos segurados em carteira (tabelas de mortalidade e estudo de anulações) e os níveis de sinistralidade.

Provisões para o Resseguro Cedido

Nas provisões calculadas para o resseguro cedido foram utilizados os critérios acima mencionados para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, assim como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

2.18. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Os segmentos operacionais correspondem a componentes da Companhia:

- a) Que prosseguem atividades de negócio das quais podem obter rendimentos e incorrer em gastos (incluindo rendimentos e gastos com transações com outros componentes da mesma Companhia);
- b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisão, de maneira a tomar decisões acerca dos recursos a serem alocados ao segmento e avaliar a sua performance; e
- c) Para os quais existe informação financeira discreta disponível.

Os segmentos operacionais da GNB Seguros são apresentados de forma consistente com o reporte apresentado internamente ao Conselho de Administração, sendo este responsável pela alocação de recursos e avaliação de performance dos segmentos operacionais.

2.19. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

2.20. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2.21. Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

2.22. Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas aos ativos financeiros valorizado ao justo valor por reservas e ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

2.23. Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros valorizados ao justo valor por reservas e ativos financeiros disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.24. Capital Social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1. Julgamentos

3.1.1 IFRS 9 - Instrumentos financeiros, Classificação e mensuração

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise de características dos fluxos de caixa contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

A companhia determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os ativos financeiros são geridos para atingir um objetivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm de ser considerados, entre outros, os seguintes aspetos: a forma como o desempenho dos ativos é avaliada; os riscos que afetam o desempenho dos ativos financeiros e a forma como esses riscos são geridos.

A Companhia monitoriza os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado e ao justo valor através de reservas que sejam desreconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objetivo do modelo de negócio definido para esses ativos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua pela Companhia do modelo de negócio dos ativos financeiros que permanecem em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospetiva da classificação desses ativos financeiros.

3.2. Estimativas

3.2.1. Imparidade dos ativos financeiros

Políticas contabilísticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2018

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. As principais estimativas relativamente à imparidade: aumento significativo do risco de crédito; probabilidade de incumprimento e perda dado o incumprimento.

Políticas contabilísticas adotadas até 31 de dezembro de 2017

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer um julgamento (Nota 2.7. Imparidade).

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

3.2. Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da GNB Seguros, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.3. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4. Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística, provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

NOTA 4 – REPORTE POR SEGMENTOS

Segmento de negócio

A GNB Seguros opera nos ramos “Não-Vida”, explorando os ramos “Riscos múltiplos habitação”, “Automóvel”, “Doença” e “Acidentes” no âmbito das autorizações concedidas pela Autoridade de supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designado por ASF).

A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal. Não existem transferências entre segmentos da companhia.

Relato por segmentos de negócio

Conta de Ganhos e Perdas

	2018						
	Acidentes e Doença			Incêndio e outros danos	Automóvel	Garantia Usados	Não técnica
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	54.335	907.194	25.712.935	22.950.826	13.984.677	1.160	-
Prémios brutos emitidos	137.576	11.727.128	25.966.404	24.858.622	15.764.090	17.393	-
Prémios de resseguro cedido	(76.644)	(10.807.960)	(294.083)	(1.705.585)	(1.746.903)	(2.344)	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(6.597)	(5.484.053)	40.614	(202.211)	(32.510)	(13.889)	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	5.472.079	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(63.811)	(510.285)	(20.800.316)	(14.652.713)	(11.220.467)	(17)	-
Montantes pagos	(12.571)	(66.762)	(19.253.348)	(13.494.517)	(11.686.254)	(17)	-
Provisão para sinistros (variação)	(51.240)	(443.523)	(1.546.968)	(1.158.196)	465.787	-	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(5.818)	-	-	(255.361)	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	1.122	1.509.029	(2.679.846)	(4.412.870)	(3.116.224)	(545)	-
Custos de aquisição	(11.517)	(2.739.679)	(2.207.536)	(3.187.669)	(2.457.982)	(2.614)	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	208	1.301.751	(27.729)	23.859	(13.528)	2.088	-
Gastos administrativos	(13.065)	(289.100)	(521.051)	(1.249.060)	(644.714)	(19)	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	25.496	3.236.057	76.470	-	-	-	-
Rendimentos	2.481	271.527	195.620	291.400	522.762	72	-
Gastos financeiros	(387)	(42.353)	(30.513)	(45.453)	(81.541)	(11)	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	28.543	20.564	30.632	54.953	7	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	17.964	12.942	19.279	34.585	5	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	(4.820)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	44.162
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	(12.078)	2.181.619	2.426.566	3.925.740	307.184	671	44.162
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	3.136	(566.733)	(630.365)	(1.019.815)	(79.799)	(174)	(11.472)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	(59)	10.602	11.793	19.079	1.493	3	215
Resultado líquido do exercício	(8.999)	1.625.488	1.807.994	2.925.004	228.878	500	32.905

	2017						
	Acidentes e Doença			Incêndio e outros danos	Automóvel	Garantia Usados	Não técnica
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	50.732	773.820	26.028.572	22.520.571	13.630.561	-	-
Prémios brutos emitidos	105.334	10.737.382	26.470.533	24.358.367	15.580.451	-	-
Prémios de resseguro cedido	(50.006)	(9.963.333)	(454.058)	(1.688.171)	(2.009.454)	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(4.596)	(5.504.150)	12.097	(149.625)	59.564	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	5.503.921	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(87.936)	574.141	(20.742.882)	(12.836.417)	(11.739.108)	-	-
Montantes pagos	(16.686)	(96.001)	(20.000.473)	(11.645.183)	(10.773.830)	-	-
Provisão para sinistros (variação)	(71.250)	670.142	(742.409)	(1.191.234)	(965.278)	-	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	-	495.463	(242.223)	(867.246)	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(22.768)	1.370.764	(3.068.782)	(6.294.591)	(2.978.169)	-	-
Custos de aquisição	(22.262)	(2.326.953)	(2.442.514)	(4.752.434)	(2.037.800)	-	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	(633)	1.100.753	(12.963)	38.964	(127.660)	-	-
Gastos administrativos	(14.638)	(340.733)	(696.532)	(1.581.121)	(812.709)	-	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	14.765	2.937.697	63.227	-	-	-	-
Rendimentos	1.129	234.765	198.457	322.499	630.833	-	-
Gastos financeiros	(108)	(22.456)	(18.983)	(30.848)	(60.341)	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	642	133.678	113.004	183.635	359.205	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	(735)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	(28.931)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	(58.309)	3.064.712	2.984.114	3.622.626	(1.024.265)	(28.931)	8.559.947
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	15.190	(798.383)	(777.386)	(943.724)	266.829	-	7.537
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	53	(2.765)	(2.692)	(3.268)	924	-	26
Resultado líquido do exercício	(43.066)	2.263.564	2.204.036	2.675.634	(756.512)	(21.368)	6.322.288

Demonstração da posição financeira

2018								
	Acidentes de trabalho	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Garantia Usados	Não técnica	Total
		Acidentes Pessoais	Doença					
ATIVO								
Caixa e seus equivalentes	50.136	709.033	456.905	722.957	1.254.759	481	-	3.194.270
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	20.797.376	13.401.938	21.205.769	36.804.593	14.096	-	92.223.772
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	915.815	590.156	933.799	1.620.695	621	-	4.061.085
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	-	-	-	3.481.419	3.481.419
Provisões técnicas de resseguro cedido	120	8.971.553	-	472.409	3.459.702	-	-	12.903.784
PASSIVO								
Provisões Técnicas	166.969	17.411.627	11.220.144	17.753.535	30.812.918	11.801	-	77.376.994

2017								
	Acidentes de trabalho	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Garantia Usados	Não técnica	Total
		Acidentes Pessoais	Doença					
ATIVO								
Caixa e seus equivalentes	50.136	1.632.471	1.243.090	2.088.753	4.029.469	-	-	9.043.920
Ativos disponíveis para venda	-	16.046.835	12.219.299	20.531.988	39.608.800	-	-	88.406.922
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	6.000.092	6.000.092
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	6.938.823	-	586.195	3.495.923	-	-	11.020.941
PASSIVO								
Provisões Técnicas	103.402	12.720.095	9.686.062	16.275.411	31.397.325	-	-	70.182.295

A repartição dos ativos e passivos por segmentos é feita de acordo com o volume das carteiras de investimentos e passivos e provisões técnicas, respetivamente. O segmento “não técnico” diz respeito aos ativos e passivos não relacionados diretamente com produtos.

NOTA 5 – PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2018	2017
Prémios brutos emitidos	78.471.213	77.252.067
Prémios de resseguro cedido	(14.633.519)	(14.165.022)
Prémios líquidos de resseguros	63.837.694	63.087.045
Variação da provisão para prémios não adquiridos (líquida de resseguro)	(226.567)	(82.789)
Prémios líquidos de resseguro	63.611.127	63.004.256

No anexo 4 estão discriminados por ramos os prémios emitidos e os prémios brutos adquiridos.

NOTA 6 – CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2018	2017
Seguro direto		
Montantes pagos	(42.531.261)	(39.052.436)
Custos imputados à função sinistros (Nota 10)	(5.257.268)	(5.131.299)
Variação da provisão para sinistros	(2.649.961)	(2.585.837)
	(50.438.490)	(46.769.572)
Resseguro cedido		
Montantes pagos	3.275.060	1.651.562
Variação da provisão para sinistros	(84.179)	285.808
	3.190.881	1.937.370
	(47.247.609)	(44.832.202)

O valor dos montantes pagos, apresentado acima, é líquido de reembolsos no montante de 4.436 milhares de euros (em 2017: 3.504 milhares de euros).

No anexo 3 estão discriminados os custos com sinistros por ramos.

NOTA 7 – OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

As outras provisões técnicas líquidas de resseguro são analisadas como segue:

	2018	2017
Provisão para desvios de sinistralidade	(255.360)	(242.223)
Provisão para riscos em curso	122.621	(371.783)
Outras provisões técnicas	-	-
	(132.740)	(614.006)

NOTA 8 – CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2018	2017
Custos de aquisição	(10.606.998)	(11.581.960)
Comissões por intermediação de produtos de seguro direto	(9.717.342)	(10.729.637)
Custos imputados à função aquisição (nota 10)	(889.656)	(852.323)
Outros	-	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	1.286.648	998.460
Custos imputados à função administrativa (nota 10)	(2.717.009)	(3.445.733)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	3.338.023	3.015.687
Comissões de resseguros cedido	2.773.569	2.071.104
Participação nos resultados de resseguro	564.455	944.583
	(8.699.336)	(11.013.546)

NOTA 9 – RENDIMENTOS

Rendimentos por categoria de investimento

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue:

	2018
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.226.779
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	2.027
Rendimentos de outros *	55.056
	1.283.862
* ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	
	2017
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	
de ativos disponíveis para venda	1.198.403
de empréstimos concedidos e contas a receber	189.280
	1.387.683

NOTA 10 – CUSTOS POR NATUREZA IMPUTADOS

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	2018	2017
Custos com sinistros (ver Nota 6)	(5. 257.268)	(5. 131.299)
Custos de aquisição (ver Nota 8)	(889.656)	(852.323)
Custos administrativos (ver Nota 8)	(2. 717.009)	(3. 445.733)
Custos de gestão de investimentos	(200.258)	(132.736)
	(9.064.191)	(9.562.091)

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	2018	2017
Custos com pessoal	(2.462.067)	(2.461.517)
Fornecimentos e serviços externos	(6. 002.674)	(6. 322.851)
Impostos e taxas	(313.526)	(309.421)
Amortizações do exercício (ver notas 17 e 18)	(116.977)	(364.674)
Comissões	(168.947)	(103.628)
	(9.064.191)	(9.562.091)

Gastos com pessoal:

Número médio de trabalhadores

Durante os exercícios de 2018 e 2017, o número médio de Colaboradores pertencentes ao quadro efetivo ao serviço da Companhia, por categorias profissionais, foi o seguinte:

	2018	2017
Diretor	5	5
Técnico	23	19
Coordenador Operacional	3	3
Gestor Operacional	1	1
Gestor Técnico	1	1
Especialista Operacional	25	25
	58	54

Despesas com o pessoal

O montante dos gastos com o pessoal no exercício foi o seguinte:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	(166.857)	(126.942)
Remunerações do pessoal	(1.722.495)	(1.635.860)
Encargos sobre remunerações	(406.038)	(393.270)
Benefícios pós emprego	-	(122.000)
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	(28.497)	(28.753)
Seguros obrigatórios	(25.897)	(28.152)
Custos de ação social	(226)	(85.687)
Outros custos com o pessoal	(112.057)	(40.853)
	(2.462.067)	(2.461.517)

Órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

O montante das despesas com os órgãos sociais no exercício foi o seguinte:

	2018	2017
Conselho de Administração		
Remunerações e outros benefícios	(166.857)	(126.942)
Benefícios pós emprego	-	(122.000)
Encargos sobre remunerações	(41.163)	(32.117)
	(208.020)	(281.059)

Os “Fornecimentos e serviços externos” são analisados como segue:

	2018	2017
Combustíveis	(12.109)	(9.406)
Água	(3.826)	(5.516)
Comunicação	(592.551)	(561.281)
Conservação e Reparação	(754.619)	(834.796)
Contencioso e notariado	8.040	(1.015)
Deslocações e Estadas	(35.436)	(18.601)
Despesas Bancárias - Comissões	(31.526)	(20.206)
Despesas de Condomínio	10.598	(994)
Electricidade	(23.454)	(37.732)
Gastos com Trabalho Independente	(28.696)	(22.528)
Gastos com Cobrança de Prémio	(74.905)	(129.496)
Impressos	(49.209)	(29.279)
Limpeza, Higiene e Conforto	(16.677)	(14.735)
Material de escritório	(33.026)	(10.050)
Outros Fornecedores e Serviços	(131.510)	(94.402)
Publicidade e Propaganda	(1.709)	(23.004)
Quotizações (Actividade)	(51.616)	(85.804)
Rendas e Alugueres	(275.062)	(258.046)
Seguros	(20.950)	(55.977)
Trabalhos Especializados	(3.884.431)	(4.109.983)
	(6.002.674)	(6.322.851)

A rubrica de “Gastos com cobrança de prémios” compreende os custos associados às cobranças SEPA. O montante registado em 2017 inclui igualmente o custo incorrido referente ao exercício de 2016.

A rubrica de “Trabalhos especializados” inclui o montante de 2.684 milhares de Euros, respeitante a gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença (2.716 milhares de Euros em 2017).

Esta rubrica inclui ainda os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas da Companhia, que são analisados como segue:

	2018	2017
Revisão legal das contas	49.508	35.055
Serviços distintos da auditoria, que são exigidos pela legislação aplicável	24.293	26.445
	73.800	61.500

NOTA 11 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Plano de benefício definido

Conforme referido na Nota 2.12., a companhia deixou de ter responsabilidades com o plano de pensões dos administradores por liquidação da responsabilidade e respetivo património.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de Dezembro de 2017, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

	2017
Pressupostos financeiros	
Taxa de evolução salarial	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%
Taxas de rendimento do fundo	2,10%
Taxa de desconto	2,10%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação	
Tábua de mortalidade	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001
Taxa de pré-reforma	5,00%
Método de valorização atuarial	<i>Projet Unit Credit Method</i>

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.12., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de “rating” de elevada qualidade.

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os montantes reconhecidos no balanço podem ser analisados como segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades no final do período	-	(205 491)
Saldo do fundo no final do período	-	183 676
Activos/(passivos) a receber/entregar ao fundo	-	(21 815)
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço em 31 de Dezembro	-	(21 815)

Os Ativos/(Passivos) líquidos no balanço encontram-se refletidos na rubrica de “Ativos e Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e incluem ainda uma provisão de €122.000 para fazer face a eventuais insuficiências no fundo (174.264€ em 2017).

A evolução das responsabilidades com pensões pode ser analisada como segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Responsabilidades em 1 de Janeiro	205 491	249 171
Custo dos juros	-	5 233
Benefícios pagos pela Companhia	-	-
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:		
- Outros (ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	-	(48 912)
Transferências	(205 491)	-
Responsabilidades no final do período	0	205 491

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2018 e 2017 pode ser analisada como segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Saldo dos fundos em 1 de Janeiro	183 676	175 092
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do Fundo	-	3 677
Ganhos e (perdas) atuariais	-	4 907
Transferências	(183 676)	-
Saldo dos fundos no final do período	-	183 676

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar durante 2018 e 2017, pode ser analisada como segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Activos/(passivos) a receber/entregar ao fundo em 1 de Janeiro	(21 815)	(74 078)
Custo do exercício	-	(1 556)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	-	53 819
Contribuições efetuadas no exercício e benefícios pagos pela Companhia	-	-
Transferência para resultados	21 815	-
Activos / (responsabilidades) em balanço no final do período	0	(21 815)

A movimentação da reserva, relativa a custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 31 de Dezembro	(275 565)	(221 746)
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
- nas responsabilidades	48 912	(48 912)
- nos ativos do plano	4 907	(4 907)
Transferência para resultados transitados	221 746	-
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	-	(275 565)

Os custos do exercício com responsabilidades com pensões podem ser analisados como segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Custo/ (Proveitos) de juros	-	1 556
Custos do exercício no final do período	-	1 556

Os custos e os desvios atuariais respeitantes ao exercício de 2017, foram reconhecidos nas contas de 2018.

Os ativos do fundo de pensões, em 2017, podem ser analisados como segue:

	2017	%
Terrenos e edifícios	-	0,00%
Ações e outros títulos de rendimento variável	16.480	30,43%
Títulos de rendimento fixo	35.913	66,31%
Depósitos em instituições de crédito	1.944	3,59%
Devedores e credores do fundo	(175)	-0,32%
	54.162	100%

(milhares de euros)

Deve ser referido que os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Plano de benefícios definidos (€183.676) e ao Plano de contribuição definida (€182.447), dos quais a Companhia representa 1,3% do total dos fundos.

Os ativos que estão a representar as responsabilidades dos planos de contribuições definida em 31 de Dezembro de 2018, podem ser analisado como se segue:

	2018	
	Quantidade	Valor
UP's FP Aberto Multireforma Capital Garantido	26.875	182
Apólice seguro de vida		131
Total		313

(milhares de euros)

A Companhia não utiliza ativos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos pela Companhia.

Em Novembro de 2017, foi interposta uma ação judicial pela GNB Fundos de Pensões no sentido de clarificar a aplicação prática do regime previsto no art.º 402.º do Código das Sociedades Comerciais no Fundo de Pensões dos Administradores.

Por razões de prudência e meramente seguindo as políticas contabilísticas do grupo GNB, as responsabilidades, a 31 de Dezembro de 2017, do Fundo de Pensões dos Administradores foram calculadas sem a aplicação do referido limite.

NOTA 12 – GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os Ganhos e perdas de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor são analisados como segue:

	2018	#	2018	#	2018
	Proveitos		Custos		Total
Por alienação dos ativos e passivos valorizados ao justo valor através de reservas	138.430		(3.731)		134.699
	138.430		(3.731)		134.699

	2017	#	2017	#	2017
	Proveitos		Custos		Total
Por alienação dos ativos e passivos disponíveis para venda	793.312		(3.148)		790.164
	793.312		(3.148)		790.164

NOTA 13 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os Ganhos e perdas de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor em 2018 são analisados como segue:

	2018
Instrumentos de Capital - Unidades de Participação em Fundos de Investimento	(79.047)

Ver adicionalmente a nota 31.

NOTA 14 – PERDAS DE IMPARIDADE LÍQUIDAS DE REVERSÃO

As perdas de imparidade líquidas de reversão de ativos financeiros, são analisadas como segue:

	2018
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	
De emissores públicos	(1.308)
De outros emissores	1.187
Ações	-
Outros títulos de rendimento variável	-
Depósitos	84.896
	84.775

NOTA 15 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS E NÃO TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

	2018		2017	
	Técnica	Não Técnica	Técnica	Não Técnica
Outros juros	-	102.173	4.369	16.557
Outros rendimentos/(gastos)	(4.820)	(58.011)	(5.104)	(45.488)
	(4.820)	44.162	(735)	(28.931)

NOTA 16 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é analisado como segue:

	2018	2017
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	172	172
Depósitos à ordem	3.194.098	9.043.748
	3.194.270	9.043.920

Os saldos de depósitos à ordem estão na sua totalidade depositados no Grupo Novo Banco. A GNB Seguros não tem depósitos em moeda estrangeira.

NOTA 17 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2017 é analisado como segue:

	Custo Amortizado ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Imparidade	Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	13.756.442	501.379	-	-	14.257.821	103.071	14.360.892
De outros emissores	68.569.250	1.999.293	(25.774)	(998.596)	69.544.173	456.979	70.001.152
Ações	5	3	-	-	8	-	8
Outros títulos de rendimento variável	3.730.350	322.087	(7.566)	-	4.044.871	-	4.044.871
Saldo em 31 de dezembro de 2017	86.056.046	2.822.762	(33.340)	(998.596)	87.846.872	560.050	88.406.922

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável

Ver adicionalmente a nota 12, com os Ganhos e perdas de ativos financeiros não valorizados ao justo valor. Em 2017, não ocorreram movimentos por imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 18 – ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 é analisado como segue:

	2018
Outros títulos de rendimento variável	4.061.085
Valor de balanço	4.061.085
Valor de aquisição	4.140.135

No ano de 2018, esta foi a quantia dos ativos financeiros aos quais a seguradora aplicou a abordagem da sobreposição (Overlay Approach – ver nota 31).

NOTA 19 – ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 é analisado como segue:

	2018					
	Custo Amortizado	Reserva de justo valor Positiva	Negativa	Imparidade	Justo Valor	Juro decorrido
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	16.422.612	317.239	-	(9.301)	16.730.550	109.051
De outros emissores	75.080.913	1.131.132	(250.497)	(1.034.172)	74.927.376	456.796
Saldo em 31 de dezembro de 2018	91.503.525	1.448.371	(250.497)	(1.043.473)	91.657.926	565.847

NOTA 20 – ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A rubrica de “Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado” é analisada como segue:

	2018		
	Bruto	Imparidade	Total
Depósitos a prazo - Capital	3.500.000	(18.585)	3.481.415
Depósitos a prazo - Juro decorrido	4	-	4
	3.500.004	(18.585)	3.481.419

NOTA 21 – EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica de “Empréstimos e contas a receber” é analisada como segue:

	2017
Depósitos a prazo - Capital	6.000.000
Depósitos a prazo - Juro decorrido	92
	6.000.092

NOTA 22 – OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é analisado como segue:

	2018	2017
Equipamento		
Equipamento informático	484.048	484.048
Mobiliário e material	272.848	272.848
Instalações interiores	95.295	95.295
Máquinas e ferramentas	36.286	36.286
Outros	27.002	27.002
	915.479	915.479
Depreciação acumulada	(909.939)	(902.326)
	5.540	13.153

O modelo de valorização aplicado aos ativos tangíveis está especificado na nota 2.9.

Durante o exercício de 2018 não foi registada qualquer perda por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos tangíveis” é analisado como segue:

	Equipamento
Saldo líquido a 1 de janeiro de 2017	27.272
Adições	-
Depreciações do exercício	(14.119)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2017	13.153
Adições	-
Depreciações do exercício	(7.613)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2018	5.540

NOTA 23 – ATIVOS INTANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é analisado como segue:

	2018	2017
<i>Software</i>	11.728.055	11.403.264
Imobilizações em curso	160.058	161.617
Despesas em edifícios arrendados	650.597	650.597
Despesas de investigação e desenvolvimento	20.215	20.215
Patentes, Marcas e Alvarás	385	385
	12.559.310	12.236.078
Amortizações acumuladas	(12.067.063)	(11.957.700)
	492.247	278.378

O modelo de valorização aplicado aos ativos intangíveis foi especificado no ponto 2.10.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos intangíveis” foi o seguinte:

Saldo líquido a 1 de janeiro de 2017	431.545
Adições	197.389
Amortizações do exercício	(350.557)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2017	278.378
Adições	323.232
Amortizações do exercício	(109.363)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2018	492.247

NOTA 24 – PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS COM SINISTROS

Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas como segue:

	2018			2017		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	38.330.555	(20.314.645)	18.015.910	32.631.909	(14.842.567)	17.789.342
Custos de aquisição diferidos	(6.217.899)	12.008.032	5.790.133	(4.931.251)	8.502.975	3.571.724
Provisão para sinistros	37.974.206	(4.597.171)	33.377.035	35.324.246	(4.681.350)	30.642.896
Provisão para desvios de sinistralidade	2.826.192		2.826.192	2.570.831		2.570.831
Provisão para riscos em curso	2.463.941		2.463.941	2.586.561		2.586.561
Provisão para envelhecimento	2.000.000		2.000.000	2.000.000		2.000.000
	77.376.994	(12.903.784)	64.473.210	70.182.296	(11.020.942)	59.161.354

A provisão para sinistros inclui uma provisão de 15.000 milhares de euros (em 2017: 10.866 milhares de euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2018 e ainda não participados ou insuficientemente conhecidos. Adicionalmente, inclui uma estimativa de 3.414 milhares de euros (em 2017: 3.298 milhares de euros) de encargos futuros de gestão associados à regularização de sinistros pendentes e aos não declarados até 31 de Dezembro de 2018.

Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos

A evolução das provisões para sinistros é apresentada como segue:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Estimativa inicial dos custos com sinistros	49.120.218	49.430.923	42.299.121	38.430.958	37.246.826	34.238.300	32.992.169	35.648.244	32.738.408	35.324.246	37.945.920
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	9.558.170	12.258.391	12.259.189	11.625.454	13.741.017	10.482.867	9.686.894	10.536.532	9.444.862	14.562.673	
Dois anos depois	13.442.691	15.813.162	14.939.110	14.983.272	16.364.487	12.213.843	12.894.987	13.062.359	14.374.159		
Três anos depois	16.315.211	17.464.268	16.822.280	16.775.492	17.319.581	14.492.611	14.451.761	17.321.540			
Quatro anos depois	17.695.437	18.821.223	17.899.758	17.005.480	19.274.572	15.677.348	18.332.464				
Cinco anos depois	18.744.561	19.686.657	17.769.066	18.348.568	20.090.978	18.801.960					
Seis anos depois	19.511.506	19.473.402	18.961.043	18.973.409	22.883.187						
Sete anos depois	19.376.713	20.290.537	19.442.374	19.560.324							
Oito anos depois	20.133.072	20.640.227	19.682.671								
Nove anos depois	20.458.770	20.814.780									
Dez anos depois	20.614.951										
Estimativa final dos custos com sinistros											
Um ano depois	44.864.762	39.647.050	33.825.684	30.972.822	30.672.882	28.326.749	31.022.614	28.471.357	28.729.326	34.123.244	
Dois anos depois	35.093.340	32.056.703	28.389.643	26.828.487	28.783.442	26.916.364	26.441.048	26.883.821	28.180.616		
Três anos depois	29.337.845	27.434.035	25.112.108	24.199.942	29.034.186	23.952.212	25.087.745	27.657.699			
Quatro anos depois	25.461.696	24.648.721	22.716.589	24.269.197	26.812.436	22.952.629	26.405.194				
Cinco anos depois	22.692.397	22.511.448	23.042.842	22.987.805	26.196.214	25.424.480					
Seis anos depois	21.622.578	23.014.154	22.017.094	22.410.182	28.910.629						
Sete anos depois	22.289.297	21.725.800	21.535.437	24.261.672							
Oito anos depois	21.144.481	21.665.518	20.494.794								
Nove anos depois	21.171.312	20.714.243									
Dez anos depois	20.294.799										
Excedente/(défice) acumulado	28.825.419	28.716.680	21.804.327	14.169.286	8.336.197	8.813.819	6.586.975	7.990.544	4.557.792	1.201.002	

O reajustamento no desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em anos anteriores relativo aos ramos Automóvel e Incêndio e outros danos é devido, em grande parte, ao encerramento de processos abertos com provisão elevada e posteriormente encerrados com custo inferior ao estimado anteriormente, alguns deles provenientes de sentenças judiciais favoráveis.

No ramo Doença, o reajustamento decorre principalmente de revisão do critério de avaliação das estimativas das responsabilidades com sinistros ocorridos e não participados.

NOTA 25 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo de outros devedores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é analisado como segue:

	2018	2017
Contas a receber por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro	1.358.087	1.103.647
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	2.873.141	1.358.024
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	545.425	2.239.918
	4.776.653	4.701.589

NOTA 26 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2018 e 2017 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, mais derrama municipal de 1,5% e mais derrama estadual cuja taxa poderá ir até 9%, consoante o lucro tributável.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da GNB Seguros que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Ativos e passivos por impostos correntes

Os ativos e passivos por impostos correntes, dizem respeito ao imposto (corrente) sobre o rendimento do exercício, deduzido do Pagamentos Por Conta e do Pagamento Adicional por Conta, e a outros impostos e taxas que incidem sobre a atividade de seguros não vida.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 2018 e 2017 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos	
	2018	2017	2018	2017
Impostos sobre rendimentos	324.253	1.750.597		
Outros impostos e taxas	-	770.505	733.880	1.193.182
Total	324.253	2.521.102	733.880	1.193.182

Os movimentos da rubrica de “Impostos sobre rendimentos” são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de janeiro de 2017	(653.897)
Montantes registados nos resultados	(2.229.937)
Pagamentos efectuados	4.634.431
Saldo a 31 de dezembro 2017	1.750.597
Montantes registados nos resultados	(2.305.221)
Pagamentos efectuados	878.877
Saldo a 31 de dezembro 2018	324.253

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2018 e 2017 podem ser analisados da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Pensões	37.424	39.454	-	-	37.424	39.454
Investimentos Financeiros	249.649	249.549	(268.488)	(697.356)	(18.838)	(447.807)
Outros	146.909	71.750	-	-	146.909	71.750
Imposto diferido ativo/(passivo)	433.982	360.753	(268.488)	(697.356)	165.494	(336.603)
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	(268.488)	(360.753)	268.488	360.753	-	-
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	165.494	(0)	0	(336.603)	165.494	(336.603)

Principais componentes do gasto (rendimento) de impostos

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2018 e 2017 explica-se como segue:

	2018	2017
Imposto corrente	(2.305.221)	(2.229.937)
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	43.126	(7.722)
Total do imposto registado em resultados	(2.262.095)	(2.237.659)

O movimento do imposto diferido de balanço em 2018 e 2017 explica-se como segue:

	2018		2017	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Ativos financeiros	45.156	397.887	(23)	292.502
Pensões	(2.030)	-	(7.699)	-
Provisões	-	-	-	-
	43.126	397.887	(7.722)	292.502

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos contabilísticos e os respetivos montantes para efeitos de tributação. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis e impostos diferidos passivos para as diferenças tributáveis. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada foi de 25%.

Imposto sobre o rendimento reportado em reservas

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2018 e 2017 explica-se como segue:

	2018	2017
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	397.887	292.502

Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2018		2017	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários		8.873.862		8.559.947
Taxa de imposto estatutária	25,3%		25,3%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		(2.246.609)		(2.161.602)
Benefícios pós emprego		(6)		224
Provisões		60		(16)
Diferenças temporárias		27.819		(35.709)
Benefícios fiscais		-		-
Tributações autónomas		(43.629)		(40.556)
Outros		269		-
		(2.262.095)		(2.237.659)

NOTA 27 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (Ativo)

O saldo desta rubrica (Ativo) em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é analisado como segue:

	2018	2017
Gastos diferidos	235.151	301.077

A rubrica de “Gastos diferidos” inclui o montante de 188 milhares de euros (2017: 287 milhares de euros), respeitante a gastos com campanhas de dinamização comercial, referentes a exercícios seguintes.

NOTA 28 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo de outros credores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é analisado como segue:

	2018	2017
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	1.672.685	2.223.035
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	3.271.883	3.571.683
Contas a pagar por outras operações		
Outros credores	403.615	4.186.004
	5.348.183	9.980.722

A rubrica “Contas a pagar por outras operações - Outros credores” em 2017 inclui o montante de 3.239 milhares de euros a valores a pagar a fornecedores.

NOTA 29 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (Passivo)

O saldo desta rubrica (Passivo) em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é analisado como segue:

	2018	2017
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	653.159	573.668
Outros acréscimos de gastos	6.060.854	7.799.882
	6.714.013	8.373.550

A rubrica “Remunerações e Respetivos encargos a liquidar” diz respeito a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte, conforme referido na nota 2.4.

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” inclui o montante de 2.729 milhares de euros (2017: 3.443 milhares de euros) relativos a comissões por intermediação de produtos de seguros e incentivos à produção.

NOTA 30 – OUTRAS PROVISÕES

As outras provisões são analisadas como segue:

	Outras Provisões
Saldo a 1 de janeiro de 2017	652.635
Saldo a 31 de dezembro de 2017	652.635
Saldo a 31 de dezembro de 2018	652.635

NOTA 31 – CAPITAL PRÓPRIO

Estrutura Acionista

Em 31 de Dezembro de 2018, o capital social autorizado da GNB - Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 3.000.000 milhões de ações, com um valor nominal de 5 euros cada, das quais encontravam-se subscritas e realizadas na totalidade pelos diferentes Acionistas.

Estrutura Acionista a 31 de Dezembro de 2018:

	% Capital	
	2018	2017
Crédit Agricole Assurances, S.A.	75,00000%	50,00000%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	0,00000%	25,00000%
Novo Banco, S.A.	24,99340%	24,99340%
GNB - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	0,00330%	0,00330%
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	0,00330%	0,00330%
	100,00000%	100,00000%

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de reavaliação

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas e de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Ao longo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados, podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2017	3.959.431	(989.858)	7.008.716	2.851
Aplicação de resultados	-	-	946.139	48
Distribuição de reservas	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	-	-
Alterações de justo valor	(1.170.009)	292.502	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.789.422	(697.356)	7.954.855	2.899
Aplicação de resultados	-	-	410.484	96.839
Distribuição de reservas	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	-	-
Alterações de justo valor	(1.591.548)	397.887	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.197.874	(299.469)	8.365.339	99.738

Dividendos

Distribuição de dividendos

A quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital, durante 2018 e 2017, é analisada da seguinte forma:

	2018	2017
Crédit Agricole Assurances, S.A.	4.268.250	4.257.600
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	-	2.128.800
Novo Banco, S.A.	1.422.374	2.128.238
GNB - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	188	281
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	188	281
	5.691.000	8.515.200

Abordagem da Sobreposição (OVERLAY APPROACH)

Conforme referido na nota 2.2., a Companhia optou por aplicar a abordagem da sobreposição (overlay approach) tendo afetado as seguintes rubricas:

	2018
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (Overlay Approach)	(79.047)
Imposto	19 762
Impacto Líquido	(59.285)

NOTA 32 - GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

Tendo em consideração que o risco está intrinsecamente ligado ao negócio segurador e ao modo como a Companhia cria valor, torna-se essencial gerir e monitorizar os riscos a que se encontra exposta.

Dada a natureza, dimensão e complexidade das suas atividades e cumprindo os requisitos legais e regulamentares aos quais está sujeita, a GNB Seguros tem implementado um sistema de governo que inclui uma estrutura organizacional adequada à sua dimensão, com responsabilidades claramente atribuídas e devidamente segregadas, complementada por uma estrutura de comités de suporte e validação, por funções-chave e por políticas.

Este sistema de governo e de gestão de riscos e de controlo interno, tem por finalidade última gerir e monitorizar adequadamente todas as atividades e os riscos subjacentes de forma a criar valor para os seus acionistas, valorizar os colaboradores e disponibilizar produtos e serviços integradores de valor acrescentado para os clientes e que seja por estes percecionado.

A estrutura organizacional implementada serve de suporte ao desenvolvimento do sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, que assenta no modelo das 3 linhas de defesa.

A 1ª linha de defesa é representada pelos Departamentos/ Unidades Operacionais da Companhia, que são as áreas responsáveis pela operacionalização da gestão de risco e respetivos controlos, no terreno, dia-a-dia.

A 2ª linha de defesa detém uma função de supervisão, sendo representada pelo Departamento de Controlo de Gestão, Risco e Compliance e pelo Comité de Gestão de Riscos, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas e políticas, e monitorização do sistema de gestão de risco e controlo interno.

A 3ª linha de defesa tem uma função de auditoria independente, executada pela Direção de Auditoria Interna, apoiada pelo Comité de Controlo Interno, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

Com o objetivo de existir um nível intermédio de análise, avaliação e monitorização que faculte uma abordagem adequada e técnica relativamente a alguns temas relevantes para a atividade da Companhia, a GNB Seguros mantém no seu Sistema de Governo a existência de Comités, ou seja, órgãos consultivos, com incumbência de efetuar validações e emitir pareceres técnicos à Comissão Executiva. Destaca-se o facto de alguns destes Comités serem comuns à GNB Seguros, à GNB Seguros Vida e à GNB Gestão de Ativos, pela partilha de estruturas e recursos em alguns domínios.

Tendo em conta a regulamentação sobre Solvência II, considerando a estrutura existente e a aplicação de forma proporcional à natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à atividade da empresa, a GNB Seguros identificou as pessoas responsáveis pelo exercício das Funções-Chave “Gestão de Riscos”, “Atuarial”, “Compliance” e “Auditoria interna”, consideradas essenciais para gerir e controlar os riscos.

Outro dos pilares relevantes ao modelo de governo da GNB Seguros é a existência de políticas que suportem o funcionamento adequado da organização, da monitorização e gestão dos riscos.

Paralelamente às políticas associadas às várias vertentes do negócio (Subscrição, Provisionamento, Resseguro, Investimentos, etc), encontram-se também definidas e implementadas um quadro de políticas que visa orientar e garantir princípios de atuação e monitorização adequados do risco, como são exemplo a Política de Avaliação Interna do Risco e da Solvência e a Política de Apetite ao Risco, cujo objetivo consiste em garantir que o risco que a Companhia está exposta está alinhado com o que está disposta a aceitar.

Na gestão dos riscos, estão presentes os seguintes objectivos:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adotando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;

- Gestão pró-ativa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (indicadores de risco, bases de dados de perdas, risk register e testes de stress e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e mensuração dos requisitos de capital e capital disponível.
- Implementação das diversas políticas
- Promoção da gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;

Dos vários riscos a que a Companhia se encontra exposta, destacam-se os seguintes:

Risco Estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia em que as principais decisões são acompanhadas por certos limites de risco.

Os fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver.

A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade.

Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus Órgãos de Administração.

Risco de Seguro

Em relação ao risco específico de seguro, este corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Os mecanismos de mitigação deste risco mantiveram na sua essência, os mesmos conceitos e práticas reportadas no relatório anterior:

1) Desenho e Tarifação

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos.

Neste sentido:

- A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em tarifas construídas com base em princípios atuariais e sujeitas a revisão periódica;
- É efetuada uma análise por parte do Comité Técnico, que valida e emite recomendações sobre as matérias analisadas;
- Previamente ao lançamento de produtos, são analisados e discutidos em sede de Comité de Produtos, no qual se encontram representadas todas as áreas, os vários aspetos referentes aos produtos e formuladas recomendações para posterior decisão em sede de Comissão Executiva;
- Este processo de avaliação ao lançamento de produtos é complementado, posteriormente, pelo Comité NAP (Novos Produtos e Atividades), que pretende assegurar a total conformidade (ao nível de legislação, adequação aos segmentos, conflitos de interesses, conteúdo da formação, proteção de dados, etc.) dos novos produtos e atividades após todas as diligências efetuadas para o seu lançamento;

- A adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de cash-flows baseadas em princípios atuariais. Posteriormente, é feito um acompanhamento do produto, das vendas, características dos riscos subscritos, sinistralidade e margem técnica. Regularmente são elaborados relatórios com indicadores de gestão referentes a todos os produtos;

2) Subscrição

A aceitação dos riscos é condicionada à Política de Subscrição (coberturas definidas e processos de aceitação condicionada) embebida nos sistemas da Companhia após aprovada formalmente.

A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em padrões técnicos rigorosos, existindo alguns instrumentos auxiliares: tarifas, manuais de produto e subscrição, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos. Os produtos são criados de forma simples, padronizada e transparente. Quando existem riscos não enquadráveis nesta política a sua aceitação é condicionada, sendo necessária uma análise específica.

As regras definidas são parametrizadas no sistema informático de suporte e são definidos mecanismos de impedimento ou de alerta para quando alguma das regras não é cumprida.

De acordo com o risco de subscrição de cada situação em concreto, o processo de aceitação obedece a determinados perfis integrados no sistema que limitam a decisão sobre o processo de aceitação a algumas unidades operacionais ou colaboradores.

Em termos de definição e implementação de procedimentos de resolução de reclamações, a Companhia dispõe de uma área específica para a gestão de reclamações e um regulamento interno que define prazos para o processamento e resposta de reclamações, disponibilizando aos clientes no momento de subscrição informação sobre a gestão de reclamações, tal como previsto na legislação em vigor.

3) Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia tem por base o princípio de prudência e utiliza métodos actuarialmente reconhecidos, cumprindo a legislação em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados por isso. Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos;

O valor das provisões a constituir é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros. São efetuadas análises regulares sobre a suficiência do provisionamento da Companhia através de métodos estatísticos, adequados à natureza dos riscos, para determinação da Best Estimate. Para além da monitorização feita em sede de Comité Técnico, o cálculo do provisionamento é revisto e monitorizado pelo responsável pela função atuarial e, pelo menos anualmente, por uma entidade externa independente.

4) Gestão de Sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer uma variação das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

Para mitigar este tipo de risco a Companhia implementou como medida que o sistema de suporte à atividade de gestão de sinistros incorpore regras específicas que permitem mitigar o risco de seguro.

Regularmente é efetuada um acompanhamento e monitorização de indicadores específicos sobre os sinistros geridos pela Companhia, que permite analisar a evolução destas rubricas, detetar tendências e equacionar estratégias futuras, quer seja ao nível da tarificação, do provisionamento ou do resseguro.

Esta análise é efetuada para cada um dos produtos em comercialização e é reportada regularmente aos vários Departamentos da Companhia e à Comissão Executiva.

5) Resseguro

A Companhia definiu e implementou uma política de resseguro que tem como objetivo primordial a proteção ao impacto de grandes sinistros ou de eventos catastróficos, mitigando o risco, reduzindo a necessidade de capital e protegendo os interesses dos seus clientes, outros beneficiários de seguros, acionistas e colaboradores.

Para a sua persecução, a companhia contrata o tipo de resseguro mais adequado à mitigação dos riscos aceites, efetuada principalmente através de programas de resseguro específicos e adequados a cada tipo de risco, existindo um elevado nível de exigência em relação aos resseguradores contratados, tendo em consideração o seu rating, solvência financeira e capacidade de prestação de serviços. Os tratados existentes na Companhia são do tipo “Não Proporcionais” – Excess of Loss – e Proporcionais – Quota Share. O risco catastrófico (fenómenos sísmicos e catástrofes naturais) está coberto por um tratado de excedente de perdas, sendo a sua retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia e o seu limite máximo analisado em função da frequência deste tipo de eventos e do seu impacto nos capitais da Companhia.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

Impacto nos resultados antes de impostos

	2018	2017
Aumento de 5% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	-2.362.380	-2.241.610
Aumento de 10% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	-4.724.761	-4.483.220
Aumento de 5% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	-434.967	-550.677
Aumento de 10% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	-869.934	-1.101.355

Os valores apresentados representam apenas o efeito direto e linear no RAI

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

A. Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e volatilidade dos preços de mercado.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela emissão de recomendações sobre políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As recomendações emitidas são submetidas à apreciação da Comissão Executiva.

A política de investimentos da Companhia tem sido conservadora, mantendo uma prudente diversificação, não só como fator de mitigação do risco, mas também para cumprir as regras de diversificação necessárias para que os ativos possam representar as provisões técnicas.

- 1) Risco de variação de preços de mercado de capitais, cambial, de taxa de juro, imobiliário e de spread
- Risco de variação de preços no mercado de capitais: Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado, e está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. A mitigação deste risco na Companhia realiza-se através da formalização na política financeira de um conjunto de limites de exposição máxima permitida por emitentes e por classe de ativos.
 - Risco Cambial: Os ativos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência. A gestão do risco cambial através do estabelecimento de limites para a sua exposição está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizadas regularmente ao nível do Comité Financeiro..
 - Risco de Variação das taxas de juro: As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes. A gestão do risco da taxa de juro está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.
 - Risco de Imobiliário: A Companhia não se encontra exposta a este risco, dado não proceder a investimentos no setor imobiliário.
 - Risco de Spread: Parte do risco dos ativos que é explicada pela volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Este risco está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Análise de sensibilidade

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade, e os respetivos impactos no capital próprio e resultado (líquidos de imposto):

Valores em milhares de euros		
2018		
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	(2.241)	16
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	2. 241	-
Valorização de 10% no valor de mercado de ações	305	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de ações	(305)	-
2017		
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	(1.936)	13
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	1. 936	-
Valorização de 10% no valor de mercado de ações	303	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de ações	(303)	-

2) Risco de uso de produtos derivados e similares

A gestão do risco de produtos derivados está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Na Política Financeira encontram-se identificados os objetivos e estratégias inerentes ao uso de produtos derivados e similares, bem como a necessidade da Comissão Executiva aprovar qualquer transação ou estratégia previamente à sua execução.

Contudo a Companhia durante o ano de 2018, há semelhança do verificado em exercícios anteriores, não se encontrou exposta ao risco de produtos derivados e similares, dado que não utilizou instrumentos derivados.

3) Risco ALM

Não relevante para a atividade Não Vida.

Níveis hierárquicos

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação, os ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos financeiros ao justo valor através de reservas e os ativos financeiros ao justo valor através de resultados podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados ativos;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas, um peso significativo na valorização obtida.

A Companhia classifica os seus ativos de acordo com as IFRS13 bem como de acordo com as políticas definidas pelos seus acionistas. Utilizando regras ou modelos com suporte em variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

O escalonamento dos ativos financeiros, por níveis hierárquicos, é analisado da seguinte forma:

	2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	92.223.772	-	-	92.223.772
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicas	16.839.602	-	-	16.839.602
De outros emissores	75.384.171	-	-	75.384.171
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	4.061.085	-	-	4.061.085
	2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Ativos financeiros disponíveis para venda	88.406.914	-	8	88.406.922
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicas	14.360.892	-	-	14.360.892
De outros emissores	70.001.150	-	-	70.001.150
Ações e Fundos de Investimento	4.044.871	-	8	4.044.879

Justo valor de ativos e passivos não mensurados ao justo valor

2018	
Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.194.270
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	3.481.419
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.776.653
Ativos financeiros ao justo valor	11.452.342
Outros credores por operações de seguro e outras operações	5.348.183
Passivos financeiros ao justo valor	5.348.183
2017	
Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9.043.920
Empréstimos concedidos e contas a receber	6.000.092
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.701.589
Ativos financeiros ao justo valor	19.745.601
Outros credores por operações de seguro e outras operações	9.980.722
Passivos financeiros ao justo valor	9.980.722

A Companhia entende que para estes ativos e passivos o seu justo valor aproxima-se do seu valor de balanço essencialmente devido à sua curta maturidade.

4) Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais, ou seja, traduz-se na maior ou menor capacidade dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta, não conseguirem efetuar o cumprimento das suas obrigações, devido a alterações da sua situação creditícia.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, clientes e resseguro (risco de contraparte).

A Companhia continua a praticar as medidas de mitigação de risco mencionadas em anos anteriores, nomeadamente:

- Clientes: Devido à configuração específica da atividade, bancassurances, a Companhia utiliza como regra de cobrança de prémios o débito em conta, o que reduz substancialmente o risco de crédito.
- Resseguro: Ao nível do resseguro o risco de crédito é mitigado pelo estabelecimento de contratos nesta matéria, essencialmente com os líderes mundiais, existindo uma seleção de Resseguradores de acordo com níveis mínimos de rating, efetuando a Companhia um acompanhamento regular da sua evolução.
- Investimentos: As regras definidas na política financeira da Companhia procuram mitigar este risco considerando as regras de diversificação, limites setoriais e o rating das entidades envolvidas (em vigor neste momento a regra prudencial de Solvência II: o segundo melhor rating entre as quatro mais conhecidas empresas de notações).

Relativamente ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, é analisado como segue:

	2018						Total
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	3.194.098	172	3.194.270
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7.208.185	33.319.807	30.541.893	21.153.887	-	-	92.223.772
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	4.061.085	4.061.085
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	-	3.481.419	-	3.481.419
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	2.079.054	613.493	-	-	2.084.105	4.776.653
Total	7.208.185	35.398.861	31.155.386	21.153.887	6.675.517	6.145.362	107.737.198

	2017						Total
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	9.043.748	172	9.043.920
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	5.697.601	24.656.198	30.610.879	23.397.365	8	4.044.871	88.406.922
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	6.000.092	-	6.000.092
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	810.496	547.528	-	1.103.647	2.239.918	4.701.589
Total	5.697.601	25.466.694	31.158.407	23.397.365	16.147.495	6.284.961	108.152.523

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

2018			2017		
País emissor	Valor de Balanço	Percentagem	País emissor	Valor de Balanço	Percentagem
Áustria	858. 758	5,10%	Áustria	-	-
Bélgica	829. 535	4,93%	Bélgica	-	-
Espanha	1.012. 689	6,01%	Espanha	-	-
Finlândia	812. 767	4,83%	Finlândia	818. 495	5,70%
França	9.599. 781	57,01%	França	9.663. 826	67,29%
Polónia	578. 209	3,43%	Polónia	590. 009	4,11%
Portugal	3.147. 862	18,69%	Portugal	3.288. 562	22,90%
Total	16.839. 601	100,00%	Total	14.360. 892	100,00%

A partir de 1 de janeiro de 2018, a Empresa aplica os seguintes modelos de risco de crédito para os instrumentos financeiros:

A Companhia considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte. De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, a Companhia compara o risco de incumprimento ocorrer por referência à data de relato, com o risco de incumprimento avaliado por referência à data de reconhecimento inicial.

Adicionalmente e para instrumentos financeiros com rating de boa qualidade (“investment grade”) a companhia considera que apenas existe um aumento significativo do risco de crédito com um “downgrade” do instrumento para rating inferior a “investment grade”.

Considera-se informação prospetiva razoável e devidamente suportada. Os seguintes indicadores são incorporados:

- Risco de crédito externo Risco de crédito interno;
- Sector de atividade do emitente
- País de risco do emitente
- Aumentos significativos no risco de crédito dos outros instrumentos financeiros do devedor;
- Alterações significativas na performance e comportamento expectável do devedor,;
- Informações macroeconómicas (tais como taxas de juro de mercado ou taxas de crescimento) são incorporadas no modelo de crédito interno.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação.

B. Risco de Concentração

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia.

A gestão deste risco relativamente aos ativos está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A sua mitigação, para a Companhia, consubstancia-se na referida Política, através da definição de limites de exposição por emitentes, por rating, por classe de ativos (asset allocation) e por setor.

A diversificação dos ativos financeiros por setores de atividade, como forma de mitigar a concentração do risco de crédito, pode ser analisada para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, conforme se segue:

2018						
	Justo valor através de Ganhos e Perdas	Justo valor através de Reservas		Custo Amortizado		Total Geral
		Bruto	Imparidades	Bruto	Imparidades	
Dívida Pública e Supranacional	-	21.924. 507	(11.130)	-	-	21.913. 377
Financeiro	4.061. 085	29.043. 695	(1. 012.605)	3.500. 004	(18.585)	35.573. 594
Indústria	-	12.337. 443	(6.055)	-	-	12.331. 388
Comércio	-	13.994. 475	(5.919)	-	-	13.988. 556
Matérias-Primas	-	307. 346	(381)	-	-	306. 965
Outros Serviços	-	5.622. 759	(1.463)	-	-	5.621. 296
Telecomunicações	-	2.586. 196	(2.553)	-	-	2.583. 643
Energia	-	6.949. 397	(2.996)	-	-	6.946. 401
Cuidados de Saúde	-	501. 428	(371)	-	-	501. 057
	4.061. 085	93.267. 244	(1. 043.473)	3.500. 004	(18.585)	99.766. 276

2017					
	Ativos financeiros disponíveis para venda		Empréstimos e contas a receber		Total Geral
	Bruto	Imparidades	Bruto	Imparidades	
Dívida Pública e Supranacional	15.117. 400	-	-	-	15.117. 400
Financeiro	36.712. 862	(998.596)	6.000. 092	-	41.714. 358
Indústria	20.712. 840	-	-	-	20.712. 840
Comércio	4.322. 152	-	-	-	4.322. 152
Matérias-Primas	269. 284	-	-	-	269. 284
Outros Serviços	6.270. 259	-	-	-	6.270. 259
Telecomunicações	3.673. 017	-	-	-	3.673. 017
Energia	1.557. 963	-	-	-	1.557. 963
Cuidados de Saúde	769. 742	-	-	-	769. 742
	89.405. 519	(998.596)	6.000. 092	-	94.407. 015

Considerando que os produtos que a GNB Seguros comercializa se dirigirem, de uma forma geral, a todos os clientes da rede de distribuição da Companhia (Bancos do Grupo Novo Banco) e atendendo ao modo como esta se encontra distribuída pelo País, entende-se que ao nível dos passivos se verifica uma distribuição que evita a concentração numa única fonte de risco (clientes ou regiões).

C. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas à medida que estas se vençam e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis ao alienar investimentos ou outros ativos de forma não programada.

A gestão do risco de liquidez está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A maturidade dos ativos é como segue:

2018					
Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.194. 098		-	172	3.194.270
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	20.937. 558	21.531. 140	23.562. 901	26.192. 173	92.223.772
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas				4.061. 085	4.061.085
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	3.481. 419	-	-	-	3.481.419
Provisões técnicas de resseguro cedido	12.903. 784	-	-	-	12.903.784
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.776. 653	-	-	-	4.776.653
Total de Ativos	45.293.512	21.531.140	23.562.901	26.192.173	120.640.983
Provisões Técnicas	(39. 406.244)	(21. 926.854)	(14. 043.896)	(2. 000.000)	(77.376.994)
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	(5. 348.183)	-	-	-	(5.348.183)
Total de Passivos	(44.754.427)	(21.926.854)	(14.043.896)	(2.000.000)	(82.725.177)

2017					
Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9.043. 748		-	172	9.043.920
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	8.504. 325	35.574. 006	21.902. 838	18.380. 874	88.406.922
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	6.000. 092	-	-	-	6.000.092
Provisões técnicas de resseguro cedido	11.020. 941	-	-	-	11.020.941
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.701. 589	-	-	-	4.701.589
Total de Ativos	39.270.695	35.574.006	21.902.838	18.380.874	119.173.464
Provisões Técnicas	(49. 001.758)	(8. 657.015)	(4. 391.954)	(8. 131.568)	(70.182.295)
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	(9. 980.722)	-	-	-	(9.980.722)
Total de Passivos	(58.982.480)	(8.657.015)	(4.391.954)	(8.131.568)	(80.163.017)

A gestão da liquidez na Companhia tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. A liquidez também é gerida numa ótica que permita responder de uma forma satisfatória a situações de stresse de liquidez.

Assim a Companhia tem em vigor um conjunto de limites que considera importantes que sejam mantidos de forma a garantir os seus objetivos.

D. Risco de Operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, pelo risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas tem vindo progressivamente a desenvolver um trabalho que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Como medidas de mitigação existentes na Companhia face aos riscos atrás identificados, destacam-se as seguintes:

- Implementação do código de conduta;
- Existência de normativo interno e manuais de procedimentos
- Implementação de políticas e risco operacional e prevenção da fraude
- Existência de segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transações e pagamentos;;
- Monitorização da conformidade com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;

- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de ação para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores;

Os Comités existentes e diretamente relacionados com gestão de risco, controlo e compliance, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Existe também na Companhia um Comité de Segurança com de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas.

Com o objetivo de mitigar o risco de outsourcing, a Companhia dispõe de uma política de subcontratação e Comités que procuram assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades consideradas essenciais ao desenvolvimento e sucesso do negócio.

E. Risco Reputacional

O risco reputacional pode ser definido como o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, sendo a gestão deste risco efetuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “assessment” (matrizes de gestão de risco);

NOTA 33 – REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA

No regime de Solvência II, aplicável ao sector segurador, destacam-se a avaliação dos ativos e passivos baseada em princípios económicos assim como o alinhamento dos requisitos de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas e a existência de um modelo de negócio e uma cultura de gestão (e de supervisão) baseada nos riscos.

No que se refere aos objetivos em matéria de requisitos de capital, eles foram definidos na política de apetite ao risco e mantém-se em linha com o estabelecido anteriormente, ou seja, a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

Ao longo do exercício a GNB Seguros procedeu á avaliação regular dos requisitos de solvência e dos fundos próprios disponíveis, efetuando os reportes regulamentares previstos.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2018. Os elementos finais e auditados serão divulgados no Relatório de Solvência e Situação financeira até ao próximo dia 22 de abril de 2019.

NOTA 34 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Operações Intra-Grupo

Os saldos apresentados resultam das operações realizadas com entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas. Estas operações inserem-se no normal desenvolvimento da atividade da Companhia.

	31-12-2018				31-12-2017			
	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
Novo Banco	6.442.433	1.906.034	8.248.447	1.647	9.208.285	5.064.285	7.979.153	92
Ativos financeiros	6.170.117	-	4.228	1.647	8.779.562	-	3.128	92
Comissões	-	1.906.034	8.244.219	-	-	5.064.285	7.976.025	-
Prestação de serviços	272.317	-	-	-	428.723	-	-	-
Seguradoras Unidas, S.A.	-	1.334	14.602	-	-	9.698	6.887	-
Prestação de serviços	-	1.334	14.602	-	-	9.698	6.887	-
ESEGUR, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
SGL Multipessoal, S.A.	-	-	16.677	-	-	-	14.735	-
Prestação de serviços	-	-	16.677	-	-	-	14.735	-
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	25.614	3.081	3.130	-	26.600	3.482	3.596	-
Ativos financeiros	25.614	-	-	-	26.600	-	-	-
Comissões	-	3.081	3.130	-	-	3.482	3.596	-
Europ Assistance - Serviços Assistencia	-	-	37.883	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	37.883	-	-	-	-	-
CREDIT AGRICOLE ASSURANCES, S.A.	-	-	20.950	-	-	-	55.977	-
Prestação de serviços	-	-	20.950	-	-	-	55.977	-
CREDIT AGRICOLE SA	3.827.870	15.600	-	189.105	4.022.660	-	-	189.188
Ativos financeiros	3.827.870	15.600	-	189.105	4.022.660	-	-	189.188
Europ Assistance	-	208.838	2.251.383	-	-	237.795	2.820.908	-
Prémios de Resseguro Cedido	-	-	2.251.383	-	-	-	2.820.908	-
Prestação de serviços	-	208.838	-	-	-	237.795	-	-
GNB Seguros Vida, S.A.	72.629	15.987	11.296	-	70.810	16.154	140.993	-
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	72.629	15.987	11.296	-	70.810	16.154	140.993	-
Novo Banco dos Açores	515.423	146.789	171.161	-	230.844	25.408	162.204	-
Ativos financeiros	515.423	-	-	-	230.844	-	-	-
Comissões	-	146.789	171.161	-	-	25.408	162.204	-
Credibom	-	49.074	47.380	-	-	1.694	1.239	-
Prestação de serviços	-	49.074	47.380	-	-	1.694	1.239	-
AdvanceCare, S.A.	-	634.365	2.638.695	-	-	891.518	2.669.630	-
Prestação de serviços	-	634.365	2.638.695	-	-	891.518	2.669.630	-
Esumédica, S.A.	-	-	3.786	-	-	-	8.039	-
Prestação de serviços	-	-	3.786	-	-	-	8.039	-
	10.883.970	2.981.101	13.465.389	190.751	13.559.199	6.248.340	11.163.214	3.010.188

A natureza do relacionamento entre a GNB Seguros e a Advancecare, S.A, abrange a gestão de sinistros dos contratos der seguro de doença.

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas associadas e relacionadas foram efetuadas a preços de mercado, idênticos aos preços praticados em transações semelhantes com outras entidades.

Para os efeitos da presente nota, entendemos que são relevantes, como elementos responsáveis pela gestão conforme enquadrado na IAS 24, os membros dos órgãos de administração.

As remunerações e outros benefícios dos membros dos órgãos de administração estão divulgadas no capítulo “Política de Remuneração” incluído no ponto 1.1 Estrutura e Práticas de Governo Societário do Relatório de Gestão e na nota 10.

Durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2018 e 2017, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus Acionistas.

NOTA 35 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício:

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018.

a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Companhia

Nenhuma das emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018 e abaixo discriminadas tem impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 – Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes exceto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 – Locações quando for aplicada).

Esta norma realça os princípios de mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflita a retribuição que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato, devendo aplicar a metodologia das cinco etapas: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A Companhia não tem contratos com clientes que estejam sujeitos à IFRS 15, pelo que não existem impactos apurados nas demonstrações financeiras.

IFRS 9 Instrumentos financeiros

A IFRS 9 substituirá os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A Companhia terá até 31 de dezembro de 2021 para adotar a referida alteração.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.

- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo justo valor através do resultado integral (FVTOCI) com subsequente reclassificação para resultados.
- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perdas de crédito esperadas (PCE), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PCE aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 – Locações / IFRS 16 - Locações.
- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PCE relativas a 12 meses ou ao longo da respetiva duração, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PCE ao longo da respetiva duração são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PCE deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura, sem o teste dos 80% - 125%.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, qualquer elemento “forward” de um contrato “forward” e qualquer “spread” de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018, salvo para as entidades que apliquem o diferimento referido abaixo introduzido pela emenda à IFRS 4 e apresentados na Nota 2.1.

Isenção temporária da IFRS 9

- A opção de isenção temporária da IFRS 9 está disponível para entidades cuja atividade esteja predominantemente relacionada com seguros.
- Esta isenção temporária permite que essas entidades continuem a aplicar a IAS 39 enquanto diferem a aplicação da IFRS 9 para no máximo até 1 de janeiro de 2021.
- Em novembro de 2018 o IASB decidiu propor o diferimento, por mais um ano, para a aplicação da IFRS 9 para as entidades seguradoras que se qualifiquem como tal. Esta proposta está relacionada com a proposta de alteração da data de entrada em vigor da IFRS 17 para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.
- A opção pela isenção deve ser avaliada no início do período do reporte anual que precede a data de 1 de abril de 2016 e antes da IFRS 9 ser implementada. Adicionalmente, esta opção só pode ser revista em situações raras.
- As entidades que apliquem esta isenção temporária terão de efetuar divulgações adicionais.

A abordagem da sobreposição

- Esta abordagem é uma opção para as entidades que adotem a IFRS 9 e emitam contratos de seguro, de ajustar os seus ganhos ou perdas para ativos financeiros elegíveis; efetivamente, tal resulta na aplicação da IAS 39 a estes ativos financeiros elegíveis.
- Os ajustamentos eliminam a volatilidade contabilística que possa surgir na aplicação a IFRS 9 sem a nova norma dos contratos de seguros.
- De acordo com esta abordagem, uma entidade pode reclassificar montantes de ganhos ou perdas para outros itens de resultado integral (OCI) para ativos financeiros designados.
- Uma entidade tem de apresentar uma linha separada para os impactos deste ajustamento de sobreposição na demonstração dos resultados, assim como na demonstração do resultado integral.

Conforme descrito na nota 2.2., a Companhia adotou a norma a partir de 1 de Janeiro de 2018, optando pela aplicação da abordagem de sobreposição (overlay approach).

IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento da retribuição

Esta interpretação vem clarificar que na determinação da taxa de câmbio à vista a ser usada no reconhecimento inicial de um ativo, do gasto ou do rendimento (ou de parte) associados ao desreconhecimento de ativos ou passivos não monetários relacionados com um adiantamento da retribuição, a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário relacionado com um adiantamento da retribuição.

Se há múltiplos pagamentos ou recebimentos de um adiantamento da retribuição deve ser determinado a data da transação para cada pagamento ou recebimento.

Esta interpretação pode ser aplicada em retrospectiva total. Alternativamente pode-se aplicar esta interpretação prospectivamente a todos os ativos, gastos e rendimentos que estejam no seu âmbito.

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 em relação à classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações. Estas alterações tratam de três áreas essenciais:

Vesting conditions - os seus efeitos na mensuração de transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro.

- As alterações clarificam que a metodologia usada para contabilizar *vesting conditions* quando se mensuram transações de pagamento com base em ações liquidadas com instrumentos de capital também se aplica às transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro.

Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte

- Esta alteração adiciona uma exceção para tratar a situação estrita em que um acordo de liquidação pelo valor líquido está desenhado para cumprir com uma obrigação fiscal da entidade, ou outro tipo de regulamentação, no que respeita a retenções na fonte ao empregado para cumprir com uma obrigação fiscal deste, relacionada com o pagamento com base em ações.
- Este valor é depois transferido, normalmente em dinheiro, para as autoridades fiscais por conta do empregado. Para cumprir com esta obrigação, os termos do acordo de pagamento com base em ações podem permitir ou requerer que a entidade retenha um determinado número de instrumentos de capital equivalente ao valor monetário da obrigação fiscal do empregado, do total de instrumentos de capital que de outra forma seriam emitidos para o empregado aquando do exercício (*vesting*) do pagamento com base em ações (conhecida como opção de *net share settlement*).
- Quando uma transação cumpre com este critério, ela não é dividida em duas componentes, mas sim classificada como um todo como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, caso assim tivessem sido classificada se não existisse a opção de *net share settlement*.

Contabilização de uma alteração dos termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações que altere a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada com instrumentos de capital próprio

- A alteração clarifica que se os termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações liquidada em dinheiro são modificados, tendo como resultado que ela passa a ser uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, a transação passa a ser contabilizada como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital desde a data dessa modificação.

- Qualquer diferença (seja um débito ou um crédito) entre o valor contabilístico do passivo desreconhecido e o valor reconhecido em capital na data da modificação é reconhecido imediatamente em resultados do ano.

Transferências de propriedades de investimento (alterações à IAS 40)

As alterações vêm clarificar quando é que uma entidade deve transferir uma propriedade, incluindo propriedades em construção ou desenvolvimento para, ou para fora de, propriedades de investimento.

As alterações determinam que a alteração do uso ocorre quando a propriedade cumpre, ou deixa de cumprir, a definição de propriedade de investimento e existe evidência da alteração do uso.

Uma simples alteração da intenção do órgão de gestão para o uso da propriedade não é evidência de alteração do uso.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu as seguintes melhorias que devem ser aplicadas retrospectivamente e são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018 (uma outra melhoria relacionada com a IFRS 12 foi já efetiva a partir de 1 de janeiro de 2017).

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS

Esta melhoria veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).

IAS 28 Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento

A melhoria veio clarificar que:

- Uma entidade que é uma entidade de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou *joint ventures* ao justo valor através de resultados.
- Se uma entidade que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou *joint venture* que é uma entidade de investimento, a entidade pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicialmente do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma empresa-mãe.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2019 ou posteriores e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IFRS 16 Locações

O âmbito da IFRS 16 inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor.

A IFRS 16 requiere que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (*on-balance model*) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas exceções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – “*right-of-use*” ou ROU).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

Os locatários deverão ainda de remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do leasing, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). O locatário irá reconhecer montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

A contabilização por parte do locatário permanece substancialmente inalterada face ao tratamento atual da IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.

A norma foi endossada em 31 de outubro de 2017 e deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019 não tendo sido adotada antecipadamente sendo expectativa aplicar o “*modified retrospective approach*”. em detrimento do “*full retrospective approach*”.

IFRIC 23 – Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento

Em junho de 2017, o IASB emitiu a IFRIC 23 *Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento* (a Interpretação) que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 *Imposto sobre o rendimento* quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos.

A Interpretação endereça especificamente o seguinte:

- Se uma entidade considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- Os pressupostos que uma entidade utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;
- Como uma entidade determina o lucro (prejuízo) fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais;
- Como uma entidade considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma entidade tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza.

A Interpretação foi endossada em 23 de outubro de 2018 e é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

Pagamentos antecipados com compensações negativas – Alterações à IFRS 9

De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os cash flows implícitos sejam “apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida” (o critério SPPI) e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação.

As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causam o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

As bases de conclusão, para esta alteração clarificam que o término antecipado pode ser consequência de uma cláusula contratual ou de um evento que esteja fora do controlo das partes envolvidas no contrato, tais como uma alteração de leis ou regulamentos que levem ao término antecipado.

Modificação ou a substituição de um passivo financeiro que não origina o desreconhecimento desse passivo.

Nas bases para a conclusão o IASB também clarifica que os requisitos da IFRS 9 para ajustamento do custo amortizado de um passivo financeiro, quando uma modificação (ou substituição) não resulta no seu desreconhecimento, são consistentes com os requisitos aplicados a uma modificação de um ativo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento.

Isto significa que o ganho ou a perda que resulte da modificação desse passivo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento, calculado descontando a alteração aos cash flows associados a esse passivo à taxa de juro efetiva original, é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados.

O IASB fez este comentário nas bases para a conclusão relativa a esta alteração pois acredita que os requisitos atuais da IFRS 9 fornecem uma boa base para as entidades contabilizarem as modificações ou substituições de passivos financeiros e que nenhuma alteração formal à IFRS 9 é necessária no que respeita a este assunto.

Esta alteração foi endossada em 22 de março de 2018 e é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. Devem ser aplicados retrospectivamente. Esta alteração traz requisitos específicos para adotar na transição mas apenas se as entidades a adotarem em 2019 e não em 2018 em conjunto com a IFRS 9. É permitida a adoção antecipada.

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para uma associada ou um empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio, tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquisa sobre o método da equivalência patrimonial. A aplicação antecipada desta emenda continua a ser permitida e tem de ser divulgada. As alterações devem ser aplicadas prospectivamente.

Com exceção da IFRS 16 cujos impactos se detalharam acima, a aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

Ainda não endossadas pela UE:

Interesses de longo prazo em Associadas ou *Joint Ventures* – Alterações à IAS 28

As alterações vêm clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 para interesses de longo prazo em associadas ou *joint ventures* às quais o método da equivalência patrimonial não é aplicado mas que, em substância, sejam parte do investimento líquido nessa associada ou joint venture (interesses de longo prazo). Esta clarificação é relevante pois implica que o modelo da perda esperada da IFRS 9 deve ser aplicado a esses investimentos.

O IASB também clarificou que, ao aplicar a IFRS 9, uma entidade não tem em conta quaisquer perdas dessa associada ou *joint venture*, ou perdas por imparidade no investimento líquido, que estejam reconhecidas como um ajustamento ao investimento líquido decorrente da aplicação da IAS 28.

Para ilustrar como as entidades devem aplicar os requisitos da IAS 28 e da IFRS 9 no que respeita a interesses de longo prazo, o IASB publicou exemplos ilustrativos quando emitiu esta alteração.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

A alteração tem de ser aplicada retrospectivamente, com algumas exceções. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 3 Combinações de negócios – Interesse detido previamente numa operação conjunta

- As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor.
- Ao fazê-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.
- Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.

IFRS 11 Acordos conjuntos - Interesse detido previamente numa operação conjunta

- Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.
- Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.

IAS 12 Imposto sobre o rendimento – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital

- Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas. Consequentemente, a entidade reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.
- Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada. Quando a entidade aplica pela primeira vez estas alterações, deve aplicar às consequências ao nível de imposto sobre os dividendos reconhecidos em ou após o início do período comparativo mais antigo.

IAS 23 Custos de empréstimos – custos de empréstimos elegíveis para capitalização

- A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o seu uso pretendido ou para venda estejam completas.
- As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a entidade adota estas alterações.
- Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida adoção antecipada.

IFRS 17 Contratos de seguro

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas.

O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes.

Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes. O núcleo da IFRS 17 é o modelo geral que é suplementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem da taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação do prémio), principalmente para contratos de curta duração.

As principais características do novo modelo contabilístico dos contratos de seguro são as que se seguem:

- A mensuração do valor presente dos fluxos de caixa futuros, incorporando um ajustamento de risco, mensurado em cada período de reporte (valor realizável dos fluxos de caixa);
- Uma *Contractual Service Margin* (CSM), margem contratual de serviço, que é igual e oposta a qualquer ganho inicial da realização dos fluxos de caixa de um grupo de contratos, representando os ganhos não apropriados dos contratos de seguro os quais serão reconhecidos em ganhos ou perdas durante o período de vigência do serviço (i.e. período de cobertura);

- Algumas alterações no valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros são ajustadas contra a CSM e, desta forma, reconhecidas em ganhos ou perdas durante o período remanescente do serviço contratual;
- Os efeitos das alterações na taxa de desconto serão reportadas como ganhos ou perdas ou como outro rendimento integral, dependendo da política contábilística da entidade;
- A apresentação dos ganhos e dos gastos de seguros na Demonstração dos Resultados do Outro Rendimento Integral são baseados no conceito de serviços prestados durante o período;
- Os valores que o segurado irá receber, independentemente de ocorrer ou não um evento segurado (componentes de investimento não distintas), não são apresentados na demonstração de resultados, sendo reconhecidos diretamente no balanço;
- Os resultados dos serviços de seguro (receita obtida deduzida dos créditos emitidos) são apresentados separadamente dos ganhos ou perdas de seguros; e
- Divulgações extensas que forneçam informação sobre os valores reconhecidos de contratos de seguro e sobre a natureza e a extensão dos riscos decorrentes dos mesmos.

A IFRS 17 é efetiva para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021, sendo necessário apresentar os comparativos nesse ano. A aplicação antecipada é permitida desde que a entidade aplique também a IFRS 9 e a IFRS 15 na data ou na data anterior a que a entidade aplique a IFRS 17. O IASB decidiu por uma aplicação retrospectiva para a estimativa da CSM na data da transição. No entanto, se uma aplicação retrospectiva total, como definida na IAS 8 para um grupo de contratos de seguro, não for praticável a entidade tem de escolher uma das duas alternativas abaixo:

- Abordagem retrospectiva modificada – baseada em informação razoável e devidamente sustentada que esteja disponível sem que a entidade incorra em custos ou esforços excessivos, considerando algumas modificações à aplicação retrospectiva na sua total extensão, mantendo-se, no entanto, o objetivo de alcançar o melhor resultado possível na aplicação retrospectiva;
- Abordagem do justo valor – a CSM é determinada como a diferença positiva entre o justo valor determinado em conformidade com a IFRS 13 Mensuração pelo justo valor e valor realizável dos fluxos de caixa (qualquer diferença negativa será reconhecida em resultados transitados na data de transição).

Se uma entidade não conseguir obter informação razoável e sustentada para aplicar a abordagem retrospectiva modificada, é obrigada a aplicar a abordagem do justo valor.

Em novembro de 2018 o IASB decidiu propor a alteração da data de entrada em vigor da norma para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022. O IASB está igualmente a tentar alterar a norma para considerar as preocupações e os desafios da implementação da norma que têm sido levantados pelas partes interessadas.

Definição de atividade empresarial – alterações à IFRS 3

Esta alteração veio clarificar os requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial, remove a avaliação se os participantes de mercado têm capacidade de substituir os elementos em falta, adiciona uma orientação para que se consiga avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringe as definições de atividade empresarial e de *output* e introduz um teste opcional de justo valor da atividade empresarial.

Requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial

A alteração vem clarificar que para ser considerado uma atividade empresarial, um conjunto integrado de atividades tem de incluir, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que, conjuntamente, contribuam significativamente para a criação de um *output*. Clarificam igualmente que uma atividade empresarial pode existir sem que inclua todos os *inputs* e todos os processos necessários para criar

outputs. Isto é, os *inputs* e os processos aplicados a esses *inputs* “têm de ter a capacidade de contribuir para a criação de *outputs*” em vez “têm de ter a capacidade de criar *outputs*”.

Capacidade dos participantes de mercado de substituírem os elementos em falta

Antes da alteração, a IFRS 3 previa que uma atividade empresarial não tinha que incluir todos os *inputs* ou processos que o vendedor usava na operacionalização da atividade empresarial, “se os participantes de mercado forem capazes de adquirir a atividade empresarial e de continuar a produzir o processo produtivo, por exemplo, integrando a atividade empresarial com os seus próprios *inputs* e processos”. A referência a essa integração foi eliminada da norma e a avaliação passa a ser baseada no que foi adquirido no seu estado e condições atuais.

Avaliar se um processo adquirido é substantivo

As alterações vêm clarificar que se um conjunto de atividades e ativos não tem *outputs* na data de aquisição, um processo adquirido é considerado substantivo:

- (a) Se for crítico para a capacidade de desenvolver e converter *inputs* adquiridos em *outputs*; e
- (b) Se os *inputs* adquiridos incluírem quer uma força de trabalho organizada com as necessárias competências, conhecimentos, ou experiência em efetuar esse processo, quer outros *inputs* que essa força de trabalho organizada possa desenvolver ou converter em *outputs*.

Em contraste, se um conjunto de atividades e ativos adquiridos incluírem *outputs* na data de aquisição, um processo adquirido tem de ser considerado substantivo:

- (a) Se for crítico para a capacidade de continuar a produzir *outputs* e os *inputs* adquiridos incluírem uma força de trabalho organizada com as necessárias competências, conhecimentos, ou experiência em efetuar esse processo; ou
- (b) Se contribuir significativamente para a capacidade de continuar a produzir *outputs* e ou é considerado único ou escasso, ou não pode ser substituído sem custos significativos, sem um esforço significativo ou sem atrasos significativos na capacidade de continuar a produzir *outputs*.

Estreitar a definição de *outputs*

As alterações estreitaram a definição de *outputs* colocando o foco em bens ou serviços fornecidos aos clientes, retorno de investimento (tais como dividendos ou juros) ou outro rendimento obtido das atividades ordinárias. A definição de atividade empresarial presente no Apêndice A da IFRS 3 foi alterada em conformidade.

Teste opcional à concentração

As alterações introduzem um teste opcional ao justo valor da concentração para permitir uma avaliação simplificada se um determinado conjunto de atividades adquiridas não são uma atividade empresarial. As entidades podem optar por aplicar este teste transação a transação. O teste é cumprido se substancialmente todos os justos valores dos ativos brutos adquiridos estão concentrados num único ativo identificável ou num grupo similar de ativos identificáveis. Se o teste não for cumprido, ou se a entidade optar por não aplicar o teste numa determinada transação, uma avaliação detalhada terá de ser realizada aplicando os requisitos normais da IFRS 3.

Esta alteração é efetiva para transações que sejam consideradas concentrações de atividades empresariais ou compras de ativos para as quais a data de aquisição ocorreu em ou após o início do primeiro período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2020. Estas alterações aplicam-se prospectivamente. Consequentemente as entidades não têm de avaliar as aquisições que tenham ocorrido antes dessa data. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Esta alteração terá impacto igualmente em outras normas (por exemplo, quando a empresa-mãe perde o controlo da subsidiária e aplicou antecipadamente a alteração à IFRS 10 e IAS 28 que respeita à

venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto – mencionada anteriormente.

Definição de materialidade – Alterações à IAS 1 e à IAS 8

O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de “material” entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que “uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”.

As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.

Ocultar informação

As alterações explicam que uma informação está ocultada se é comunicada de uma forma que tem os mesmos efeitos que teria se a mesma estivesse omissa ou contivesse erros. Informação material pode estar oculta, por exemplo, se a informação relativa a um item material, a uma transação material ou outro evento material está dispersa ao longo das demonstrações financeiras, ou se está divulgada usando uma linguagem que é vaga e pouco clara. Informação material pode também estar oculta se itens dissimilares, transações dissimilares ou eventos dissimilares são agregados inapropriadamente, ou inversamente, se itens similares estão desagregados.

Novo nível de materialidade (“threshold”)

As alterações substituem a referência ao nível de materialidade “puder influenciar”, o qual sugere que qualquer influência potencial dos utilizadores tem de ser considerada, por “razoavelmente se espera que influencie” contida na definição de materialidade. Na definição alterada, é assim clarificada que a avaliação da materialidade tem de ter em conta apenas a influência razoavelmente esperada nas decisões económicas dos utilizadores primários das demonstrações financeiras.

Utilizadores primários das demonstrações financeiras

A definição atual refere “utilizadores” mas não especifica as suas características, cuja interpretação pode implicar que a entidade tenha de ter em consideração todos os utilizadores possíveis das demonstrações financeiras quando toma a decisão sobre a informação a divulgar. Consequentemente o IASB decidiu referir-se apenas aos utilizadores primários na nova definição para responder às preocupações de que o termo “utilizadores” possa ser interpretado de forma alargada.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020. Esta alteração tem de ser aplicada prospectivamente. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

IAS 19 Alterações ao plano, cortes ou liquidação do plano

Esta alteração vem esclarecer qual o tratamento contabilístico a seguir no caso de existir uma alteração ao plano, ou de haver um corte ou a liquidação do plano.

Determinar o custo dos serviços correntes e do interesse líquido

Quando se contabiliza um plano de benefícios definidos de acordo com a IAS 19, a norma requiere que custo dos serviços correntes seja mensurado usando pressupostos atuariais determinados na data de início desse período de reporte. Da mesma forma, o interesse líquido é mensurado multiplicado o passivo (ativo) líquido do plano pela taxa de desconto, ambos determinados na data de início desse período de reporte.

Esta alteração vem esclarecer que quando ocorre uma alteração, um corte ou a liquidação do plano durante o período, é requerido:

- Que o custo dos serviços correntes para o período remanescente seja mensurado usando os pressupostos atuariais que tenham sido usados para remensurar o passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento;
- O interesse líquido para o período remanescente após esse evento seja determinado usando:
 - O passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento; e
 - A taxa de desconto usada para remensurar esse passivo (ativo) líquido do plano.

Efeito nos requisitos para determinar o limite máximo de reconhecimento do ativo

Uma alteração, um corte ou a liquidação do plano pode reduzir ou eliminar o excesso que exista no plano de benefícios definidos o que pode levar a uma alteração do limite máximo de reconhecimento do ativo.

Esta alteração vem clarificar que primeiro deve ser determinado qualquer custo de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, sem considerar o limite máximo para reconhecimento do ativo. Esse valor é reconhecido em resultados no período. Posteriormente deve ser determinado o efeito do limite máximo de reconhecimento do ativo após a alteração, o corte ou a liquidação do plano. Qualquer alteração nesse efeito, não considerando os valores incluídos no interesse líquido, é reconhecida em rendimento integral.

Esta clarificação poderá levar uma entidade a reconhecer custos de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, o que reduz o excesso que não tenha sido reconhecido no passado. Alterações no efeito do limite máximo ao reconhecimento do ativo não podem compensar esses valores.

Esta alteração é aplicável a alterações, o cortes ou a liquidações de planos que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte anual que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada, a qual deverá ser divulgada.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro

A estrutura conceptual estabelece um conjunto abrangente de conceitos para:

- O reporte financeiro;
- A definição de normas;
- O desenvolvimento de princípios contabilísticos consistentes; e
- Apoiar no entendimento e interpretação de normas.

A estrutura concetual revista inclui:

- Alguns conceitos novos;
- Definições e critérios revistos para o reconhecimento de ativos e passivos;
- Clarificações sobre conceitos importantes.

Esta estrutura está organizada como segue:

- Capítulo 1 – O objetivo do reporte financeiro
- Capítulo 2 – Características qualitativas de uma informação financeira útil
- Capítulo 3 – Demonstrações financeiras e a entidade que reporta
- Capítulo 4 – Os elementos das demonstrações financeiras
- Capítulo 5 – Reconhecimento e desreconhecimento
- Capítulo 6 - Mensuração
- Capítulo 7 – Apresentação e divulgação

- Capítulo 8 – Conceitos de capital e de manutenção de capital.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro revista não é uma norma e nenhum dos seus conceitos prevalece sobre os conceitos presentes em normas ou outros requisitos de alguma das normas. É aplicável às entidades que desenvolvam os seus princípios contabilísticos com base na estrutura conceptual para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020.

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Com exceção da IFRS 17 cujos impactos estão ainda sobre avaliação não se estimam impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

NOTA 36 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Lisboa, 18 de março de 2019

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo 1

Identificação dos Títulos	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES								
1.2 - Títulos estrangeiros								
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas								
	CREDIT AGRICOLE 5.875% /2009 - 11/06/2019		3.000.000	1,00		3.006.328		3.172.784
	CREDIT AGRICOLE 2.375% /2014 - 20/05/2024		600.000	1,00		597.342		655.086
	Sub-total					3.603.670		3.827.870
	Total					3.603.670		3.827.870
2 - OUTROS TÍTULOS								
2.1 - Títulos nacionais								
2.1.2 Títulos de dívida								
2.1.2.1 De dívida pública								
	PGB 4.75% /2009 - 14/06/2019		3.000.000	1,00		2.990.400		3.147.862
	Sub-total					2.990.400		3.147.862
	Total					2.990.400		3.147.862
2.2 Títulos Estrangeiros								
2.2.1 Instrumentos de Capital e unidades de participação								
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
	ISHARES MSCI WORLD UCITS ET	39.300			30	1.194.309	35	1.372.553
	ISHARES STOXX 600 DE	30.620			39	1.179.087	33	1.015.359
	ISHARES EDGE MSCI WORLD VALUE FACTOR	14.152			25	349.972	24	339.648
	iShares Core MSCI Japan IMI ETF USD	13.610			38	515.459	33	442.325
	iShares Core MSCI World UCITS ETF EUR	20.582			44	901.307	43	891.201
	Sub-total	118.264				4.140.135		4.061.085
2.2.2 Títulos de dívida								
2.2.2.1 De dívida pública								
	BELGIUM KINGDOM 0.8% /2015 - 22/06/2025		800.000	1,02		812.734		829.535
	FINNISH GOVERNMENT 0.375% 2014/15-09-2020		800.000	0,99		795.280		812.767
	FRTR 0.5% /2014 - 25/11/2019		7.500.000	1,00		7.485.678		7.573.074
	FRTR 0.5% /2015 - 25/05/2026		2.000.000	0,99		1.974.610		2.026.707
	INSTITUT CREDITO OFICIAL 0.75% /2018 - 31/10/2023		1.000.000	1,00		998.880		1.012.689
	REPUBLIC OF AUSTRIA 1.2% /2015 - 20/10/2025		800.000	1,05		838.827		858.758
	REPUBLIC OF POLAND 3% - 2014 - 15/01/2024		500.000	1,00		498.665		578.209
	Sub-total					13.404.673		13.691.739
2.2.2.3 De outros emissores								
	3M 1.875% - 2013 / 15-11-2021		700.000	0,99		695.479		736.486
	ABB FINANCE BV 0.75% / 2017 - 16/05/2024 (call=16/02/2024)		500.000	1,00		498.400		505.783
	ABBVIE INC 1.375% / 2016 - 17/05/2024 (call=17/02/2024)		300.000	1,00		299.358		305.094
	ADECCO INT FIN SVS 1% /2016 - 02/12/2024 (call=02/09/2024)		500.000	0,99		495.840		501.057
	ALD SA 1.25% /2018 - 11/10/2022		400.000	1,00		399.690		397.594
	ALD SA Float /2017 - 27/11/2020		300.000	1,00		300.030		297.866
	AMERICAN EXPRESS CREDIT 0.625% / 2016 - 22/11/2021 (call=22/10/2022)		1.000.000	1,00		996.482		1.008.398
	AMERICAN HONDA FINANCE 1.875% /2013 - 04/09/2019		500.000	1,00		499.418		509.461
	APPLE INC 1% /2014 - 10/11/2022		300.000	0,99		298.155		310.103
	APT PIPELINES LTD 1.375% /2015 - 22/03/2022		500.000	1,00		498.375		513.434
	AT&T INC Float /2018 - 05/09/2023		500.000	1,00		498.780		493.495
	AUST & NZ BANK GROUP 0.375% 2014/19-11-2019		500.000	1,00		498.870		502.606
	AUTOLIV INC 0.75% /2018 - 26/06/2023 (call=26/03/2023)		200.000	1,00		199.084		199.013
	BABCOCK INTL GROUP PLC 1.75% /2014 - 06/10/2022 (call=06/07/2022)		500.000	1,00		497.740		504.977
	BANK OF NOVA SCOTIA Float /2017 - 05/10/2022		1.000.000	1,02		1.018.860		1.006.092
	BANQUE FED CRED MUTUEL 0.375% /2017 - 13/01/2022		1.000.000	1,00		995.050		1.002.896
	BAT CAPITAL CORP Float /2017 - 16/08/2021		500.000	1,00		500.030		489.560
	BERTELSMANN SE & CO KGAA 1.25% /2018 - 29/09/2025 (call=29/06/2025)		300.000	0,99		298.218		299.889
	BK NEDERLANDSE GEMEENTEN 1.5% /2013 - 15/04/2020		1.000.000	1,00		995.505		1.034.555
	BK TOKIO-MITSUBISHI UFJ 0.875% /2015 - 11/03/2022		500.000	1,00		497.770		508.586
	BMW FINANCE NV 1% /2018 - 14/11/2024		400.000	0,99		397.166		397.039
	BMW FINANCE NV 1% /2018 - 29/08/2025		900.000	1,00		898.761		885.004
	BNP PARIBAS Float /2015 - 15/01/2020		600.000	1,00		600.030		601.347
	BP CAPITAL MARKETS PLC 1.526% 2014 / 26-09-2022		500.000	1,00		500.030		520.077
	BRITISH TELECOMMUNICATION 1% /2017 - 21/11/2024 (call=21/08/2024)		600.000	0,99		594.808		577.978
	BRUSSELS AIRPORT CO NV 1% /2017 - 03/05/2024		400.000	0,99		396.790		406.328
	BSH BOSCH UND SIEMENS HA 1.875% 2013/13-11-2020		500.000	0,99		497.182		517.323
	BUNGE FINANCE EUROPE BV 1.85% /2016 - 16/06/2023 (Call=16/03/2023)		300.000	1,03		308.409		306.965
	CAISSE CENTRALE DESJARDN 0.375% 2014/22-10-2019		500.000	1,00		498.770		502.255
	CANADIAN IMPERIAL BANK 0.375% /2014 - 15/10/2019		500.000	1,00		498.145		502.671
	CAPGEMINI SA 0.5% / 2016 - 09/11/2021 (call=09/08/2021)		500.000	1,00		499.189		502.086
	CARLSBERG BREWERIES A/S 0.5% /2017 - 06/09/2023 (Call=06/06/2023)		700.000	0,99		692.324		690.913
	CARREFOUR SA 0.875% / 2018 - 12/06/2023 (call=12/03/2023)		700.000	0,99		695.331		696.782
	CATERPILLAR FINANCIAL SE 0.75% 2015/13-10-2020		500.000	1,00		497.950		506.747
	COCA-COLA 1.125% 2014 / 22-09-2022		1.000.000	0,99		991.470		1.034.023
	COCA-COLA Enterp 2.625% - 2013/06-11-2023 (call=06/08/2023)		600.000	1,00		597.879		655.365
	CODELCO INC 2.25% 2014-09/07/2024		800.000	0,99		789.686		849.686
	COMPASS GROUP INTL BV 0.625% /2017 - 03/07/2024 (call=03/04/2024)		400.000	0,99		396.714		396.160
	Sub-total					21.331.768		21.675.690

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
Continuação					21.331.768		21.675.690
CORP ANDINA DE FOMENTO 0.5% /2017 - 25/01/2022		750.000	1,00		749.843		759.141
CORP ANDINA DE FOMENTO 0.75%/ 2018 - 13/06/2023		460.000	1,00		459.648		467.075
CREDIT SUISSE LD 1.375% /2014 - 31/01/2022		500.000	1,00		498.655		520.691
DAIMLER AG 2% /2013 - 07/04/2020		300.000	0,99		297.751		311.299
DEXIA CREDIT LOCAL 1% /2017 - 18/10/2027		1.000.000	1,00		996.588		1.011.817
EASTMAN CHEMICAL CO 1.5% / 2016 - 26/05/2023 (call=26/02/2023)		500.000	1,02		508.605		518.535
EFSS 0.4% /2018 - 17/02/2025		2.000.000	1,00		1.992.815		2.019.527
ELI LILLY & CO 1% /2015 - 02/06/2022 (Call=03/03/2022)		500.000	0,99		495.244		515.554
ENEXIS HOLDING NV 1.875% /2012 - 13/11/2020		500.000	0,99		496.660		518.873
ENI SPA 1% /2017 - 14/03/2025		500.000	1,00		498.385		492.585
EUROPEAN UNION 0.5% /2018 - 04/04/2025		1.000.000	1,00		996.950		1.021.623
EVONIK INDUSTRIES AG 1% /2015 - 23/01/2023 (Call=23/10/2022)		500.000	0,99		496.715		513.305
EXPORT-IMPORT BANK KOREA 0.625% /2018 - 11/07/2023		800.000	1,00		798.581		806.410
GENERAL ELECTRIC CO 0.375% / 2017 - 17/05/2022 (call=17/04/2022)		400.000	1,00		399.002		376.865
GENERAL ELECTRIC CO 1.25% /2015 - 26/05/2023 (Call=26/02/2023)		500.000	1,00		498.595		480.665
HEINEKEN NV 2% /2013 - 06/04/2021		500.000	1,00		498.073		528.240
HONEYWELL INTERNATIONAL 1.3% /2016 - 22/02/2023		800.000	1,00		799.126		834.290
HSBC 0.875% /2016 - 06/09/2024		1.000.000	0,99		986.496		968.501
IBM 1.375% - 2012 / 19-11-2019		500.000	1,00		498.272		507.141
IMPERIAL BRANDS FIN PLC 2.25% - 2014 / 26-02-2021 (call=28/11/2020)		250.000	0,99		248.165		262.789
ING BANK NV 0.7% /2015 - 16/04/2020		500.000	1,00		498.775		506.764
ING BELGIUM SA 0.625% /2018 - 30/05/2025		1.000.000	1,00		997.510		1.010.782
JOHN DEERE CASH MANAGEM Float /2017 - 15/09/2020		500.000	1,00		502.330		499.570
JOHNSON CONTRO INTL PL 1.0% /2017 - 15/09/2023 (Call=15/06/2023)		500.000	0,99		495.675		500.476
JPMORGAN CHASE & CO 1.875% /2012 - 21/11/2019		1.000.000	0,99		994.033		1.019.195
KFW 0.125% /2018 - 07/06/2023		1.000.000	1,00		998.650		1.009.788
KFW 0.5% /2018 - 28/09/2026		500.000	0,99		497.250		505.556
KNORR BREMSE AG 0.50% /2016 - 08/12/2021 (Call=08/09/2021)		400.000	1,00		398.634		403.906
LB BADEN-WUERTEMBERG 0.05% /2016 - 13/01/2020		500.000	1,00		499.710		501.771
LINDE FINANCE BV 0.25% /2017 - 18/01/2022		500.000	1,00		498.595		503.048
LLOYDS BANK PLC 1% 2014/19-11-2021		400.000	0,99		396.842		405.576
LVMH MOET HENNESSY VUITT 0.375% / 2017 - 26/05/2022 (call=26/02/20)		300.000	1,00		299.436		301.560
LYB INTER FIN 1.875% /2016 - 02/03/2022 (Call=02/12/2021)		500.000	1,00		498.065		519.833
MACQUARIE BANK LTD 1% /2014 - 16/09/2019		500.000	1,00		500.030		505.017
MICROSOFT CORP 2.125% 2013-06/12/2021 (Call=06/09/2021)		200.000	1,00		199.295		211.417
MITSUBISHI 0.872% 09/07/24		600.000	1,00		600.030		592.336
MORGAN STANLEY 2.375% - 2014 / 31-03-2021		500.000	1,00		498.120		530.872
MORGAN STANLEY Float 2014/19-11-2019		500.000	1,00		499.285		502.264
MOTABILITY OPERATIONS GR 0.875% /2017 - 14/03/2025		500.000	0,99		495.205		498.730
MOTABILITY OPERATIONS GR 1.625% /2015 - 09/06/2023		250.000	0,99		247.770		263.207
NATIONAL AUSTRALIA BANK 2% 2013/12-11-2020		500.000	0,99		496.175		519.037
NATIONAL GRID INC 1% /2017 - 12/07/2024		500.000	0,99		496.774		497.796
NESTLE FINANCE INTL 0.375% /2017 - 18/01/2024 (call=18/10/2023)		400.000	0,99		397.054		399.550
NESTLE FINANCE INTL LTD 0.75% /2014 - 08/11/2021		500.000	0,99		496.340		510.735
PARKER HANFIFIN CORP 1.125% /2017 - 01/03/2025 (call=01/12/2024)		500.000	1,00		499.429		506.260
PEPSICO INC 1.75% 2014/28-04-2021 (Call=26/01/2021)		500.000	1,00		497.585		523.301
PETROLEOS MEXICANOS 1.875% /2015 - 21/04/2022		500.000	0,99		496.630		477.049
PHILIP MORRIS INTL INC 1.75% /2013 - 19/03/2020		750.000	0,99		745.739		774.128
POHJOLA BANK PLC 2% 2014/03-03-2021		500.000	0,99		496.870		528.911
PROCTER & GAMBLE CO 0.625% /2018 - 30/10/2024		1.500.000	1,00		1.495.968		1.499.402
PUBLICIS GROUPE SA 1.125% /2014 - 16/12/2021 (Call=16/09/2021)		500.000	0,99		497.030		510.056
RABOBANK NEDERLAND 1.75% 2014/22-01-2019		900.000	1,00		895.899		915.710
RIO TINTO FINANCE PLC 2%/ 2012 - 5/11/2020		750.000	0,99		745.336		779.274
ROLLS-ROYCE PLC 2.125% 18/06/21		500.000	0,99		496.264		527.230
SABIC CAPITAL I BV 2.75% 2013/20-11-2020		500.000	0,99		496.487		522.690
SANOFI 1% /2018 - 21/03/2026 (call=21/12/2025)		1.000.000	1,00		996.210		1.019.528
SANOFI 1.875% /2013 - 04/09/2020 (call=04/06/2020)		700.000	0,99		694.669		723.724
SKANDINAVISKA ENSKILDA 1.875% /2012 - 14/11/2019		800.000	0,99		795.457		815.980
SKANDINAVISKA ENSKILDA 2% 2014/19-02-2021		500.000	0,99		497.290		528.400
SMITHS GROUP PLC 1.25% /2015 - 28/04/2023 (Call=28/01/2023)		500.000	0,99		495.488		503.289
STATOIL ASA 2% - 2013 / 10-09-2020		600.000	0,99		595.997		624.364
SUMITOMO MITSUI BANKING 1% /2015 - 19/01/2022		600.000	1,00		597.012		615.324
SUMITOMO MITSUI FIN GRP Float /2017 - 14/06/2022		500.000	1,00		500.030		495.418
SWEDBANK AB 1.5% 2014/18-03-2019		750.000	1,00		748.350		761.539
THALES SA 0.875% /2018 - 19/04/2024 (call=19/01/2024)		1.000.000	1,00		999.740		1.003.427
TORONTO-DOMINION BANK 0.375% /2016 - 12/01/2021		400.000	1,00		398.138		405.163
TOTAL CAPITAL INTL SA 0.625% /2017 - 04/10/2024		300.000	0,99		298.479		298.964
TOTAL CAPITAL INTL SA 1.023% /2018 - 03/04/2027 (call=04/12/2026)		1.000.000	1,00		1.000.030		996.307
TOYOTA MOTOR CREDIT CORP 1.8% /2013 - 23/07/2020		1.000.000	1,00		996.310		1.035.930
TOYOTA MOTOR FINANCE BV 0.625% /2018 - 26/09/2023		600.000	1,00		598.206		599.528
UNILEVER NV 0.5 2018 - 01/06/2025		900.000	0,99		891.228		885.075
UNITED PARCEL SERVICE 0.375% /2017 - 15/11/2023 (Call=15/09/2023)		1.000.000	1,00		997.010		988.563
UNITED TECHNOLOGIES CORP 1.15% /2018 - 18/05/2024 (Call=18/02/2024)		300.000	1,00		299.115		298.273
US BANCORP 0.85% /2017 - 07/06/2024		400.000	1,00		399.894		399.556
Sub-total					67.209.409		68.391.765

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
Continuação					67.209.409		68.391.765
VODAFONE 1% - 2014 / 11-09-2020 (call=11/06/2020)		500.000	0,99		494.280		507.961
VODAFONE GROUP PLC 1.125% /2017 - 20/11/2025		200.000	0,99		198.364		194.265
WELLS FARGO CO 1.125% /2014 - 29/10/2021		800.000	0,99		795.400		817.561
WESTPAC BANKING CORP 0.375% /2017 - 05/03/2023		1.150.000	1,00		1.144.372		1.140.285
WHIRLPOOL CORP 0.625% /2015 - 12/03/2020		500.000	0,99		497.002		504.462
ESFG 6.875% /2009 - 21/10/2019		1.000.000	0,00		1		1
Sub-total					70.338.828		71.556.301
Total					87.883.636		89.309.124
3 - TOTAL GERAL	14.152				94.584.515		96.284.857

Anexo 2:

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2017 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2018 (3)	Reajustamentos (3)-(2)-(1)
NÃO VIDA				
Acidentes e Doença				
Acidentes Trabalho	-	14.612	-	14.612
Acidentes Pessoais	483.378	420.643	123.312	60.577
Doença	(39)	2.827.285	(9.903)	2.817.421
Incêndio e outros danos	4.273.175	3.802.612	1.272.656	802.093
Automóvel				
Responsabilidade Civil	15.571.110	5.381.673	11.393.734	1.204.297
Outras Coberturas	833.130	557.627	164.914	(110.589)
TOTAL GERAL	21.160.754	13.004.452	12.944.713	4.788.411

* Sinistros ocorridos no ano 2017 e anteriores

Anexo 3:

Ramo/Grupos de Ramos	Montantes pagos prestações (1)	Montantes Pagos Custo de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Acidentes e doença				
Acidentes Trabalho	(23.905)	(474)	(51.360)	(75.739)
Acidentes Pessoais	(846.304)	(29.535)	(509.231)	(1.385.070)
Doença	(16.775.016)	(2.478.334)	(1.546.967)	(20.800.317)
Incendio e outros danos	(12.744.966)	(1.433.488)	(1.044.411)	(15.222.865)
Automóvel				
Responsabilidade Civil	(9.689.250)	(1.309.644)	399.688	(10.599.206)
Outras Coberturas	(2.451.821)	(5.776)	102.320	(2.355.277)
Garantia de Usados	-	(17)	-	(17)
Total	(42.531.262)	(5.257.268)	(2.649.961)	(50.438.490)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Anexo 4:

Ramo/Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro**
Seguro Directo					
Acidentes e doença					
Acidentes Trabalho	137.576	130.979	(75.739)	(24.374)	(39.220)
Acidentes Pessoais	11.727.128	6.243.075	(1.385.070)	(1.727.027)	(1.225.039)
Doença	25.966.404	26.007.018	(20.800.318)	(2.756.316)	(217.613)
Incendio e outros danos	24.858.622	24.656.410	(15.222.865)	(4.412.870)	(1.135.433)
Automóvel					
Responsabilidade Civil	9.953.804	10.007.471	(10.599.205)	(2.628.315)	280.397
Outras Coberturas	5.810.286	5.724.110	(2.355.277)	(487.911)	(293.284)
Garantia de Usados	17.393	3.504	(17)	(546)	(2.344)
Total	78.471.213	72.772.567	(50.438.490)	(12.037.359)	(2.632.536)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

** Saldo favorável aos
Resseguradores



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da GNB – Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por “GNB Seguros” ou “Companhia”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 121.864 milhares de euros e um total de capital próprio de 30.916 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 6.612 milhares de euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da GNB – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
<p>Provisão para sinistros de seguro direto – outros ramos</p> <p><u>Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros de seguro direto, outros ramos, apresentadas nas notas anexas 2, 3, 6 e 24 das demonstrações financeiras.</u></p> <p>A rubrica de Provisão para sinistros de outros ramos constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no passivo, mas também por esta rubrica requerer, no que respeita à sua determinação, a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Companhia.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2018 a provisão para sinistros de outros ramos ascende a 37.974 milhares de euros, representando 42% do total do passivo da Companhia.</p> <p>A avaliação da razoabilidade do montante da provisão para sinistros de outros ramos inclui a comparação entre a estimativa atuarial do custo final dos processos de sinistros e os pagamentos que possam já ter ocorrido com os respetivos processos. Para o efeito, a Companhia utiliza técnicas atuariais baseadas em modelos determinísticos e estocásticos, efetuando uma separação dos sinistros em grupos homogêneos de risco, considerando igualmente a respetiva volatilidade, de forma a incorporar os necessários níveis de confiança no respetivo provisionamento.</p> <p>A avaliação do grau de provisionamento envolve julgamento relativamente à seleção de pressupostos financeiros e atuariais, tais como taxas de desconto, tábuas de mortalidade, caudas de encerramento dos processos de sinistros, entre outros. O risco existente decorre da possibilidade do montante da provisão para sinistros de outros ramos reconhecida pela Companhia não ser suficiente para fazer face às responsabilidades assumidas à data de encerramento de contas.</p>	<p>A nossa equipa, integrando especialistas em atuariado, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas a processos de sinistros; • Verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pela Companhia; • Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de cobertura e rácios de sinistralidade; • Identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais da Companhia; e • Realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos resultados com aqueles determinados pela Companhia. <p>Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros de outros ramos constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Companhia para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares

aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da GNB Seguros pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2017, para um mandato compreendido entre 2017 e 2019.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

10 de abril de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL
GNB – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Exercício de 2018

Exmos. Senhores Acionistas, da

GNB – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à Vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como emitir parecer sobre o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da GNB – Companhia de Seguros, S.A. (GNB Seguros) apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva certificação legal das contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas.
2. No decurso do exercício, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes, efectuando reuniões periódicas e apreciando os elementos contabilísticos que nos foram regularmente disponibilizados, bem como dos esclarecimentos complementares que nos foram prestados pelo Conselho de Administração. Para o efeito, reunimos regularmente com o Conselho de Administração da sociedade, bem como os responsáveis das áreas relevantes, nomeadamente a gestão de risco, o *compliance*, a contabilidade e a auditoria interna corporativa.
3. Durante o exercício foi verificada a regularidade dos registos contabilísticos e o processo de monitorização e acompanhamento da atividade da Companhia, tendo os responsáveis das áreas operacionais reunido com Conselho Fiscal, apresentando as principais tendências e evoluções ocorridas ao nível da atividade desenvolvida e dos resultados obtidos.
4. De modo a garantir uma adequada fiscalização da eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna o Conselho Fiscal, ao longo do exercício, reuniu com: (i) os responsáveis do Departamento de Auditoria Interna do Grupo, na medida em que esta consiste numa função corporativa; (ii) o responsável pela área de identificação e monitorização do sistema de risco; e (iii) os auditores externos, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido por estas diferentes funções. Não foram identificadas situações de risco anormais, sendo o sistema de controlo interno adequado face aos riscos operacionais e de relato financeiro identificados.



Verificamos que no decurso do presente exercício continuou a ser dada uma particular atenção ao sistema de monitorização da atividade desenvolvida pela Companhia e gestão do risco operacional, em virtude do acréscimo do risco decorrente da redução ocorrida ao nível do número de colaboradores e mudanças ocorridas na estrutura orgânica, decorrentes da decisão de redução de gastos adotada, a qual é essencial ao reforço da competitividade da Companhia.

5. O Conselho Fiscal examinou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Companhia os quais visam assegurar a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das suas operações. Adicionalmente, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, sendo a mesma adequada.
6. Reunimos, com o Revisor Oficial de Contas, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido nas diferentes fases da auditoria, nomeadamente os riscos identificados no decurso da etapa de planeamento e a resposta aos mesmos concebida pela equipa de auditoria, os testes de auditoria planeados, trabalho realizado e respetivas conclusões. O Revisor Oficial de Contas acompanhou o processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, tendo dado conhecimento ao Conselho Fiscal das suas conclusões e concordância quanto aos documentos elaborados pelo Conselho de Administração.

O Revisor Oficial de Contas, através do Relatório Adicional, dirigido ao Conselho Fiscal, comunicou os aspetos relevantes do trabalho realizado e respetivas conclusões.

Tomamos conhecimento da Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2018 emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas e com a qual concordamos.

Apreciamos o entendimento do Revisor Oficial de Contas quanto às matérias relevantes de auditoria referidas na Certificação Legal das Contas. No entendimento do Revisor Oficial de Contas, a provisão para sinistro de seguro direto – outros ramos, constitui uma matéria relevante para efeitos da auditoria, não só pela expressão significativa no passivo, mas também por aquela rubrica requerer, no que respeita à sua determinação, a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Companhia.

O trabalho realizado pelo Revisor Oficial de Contas contou com a colaboração de especialistas em atuariado, tendo sido realizados os procedimentos de auditoria considerados adequados e revistas as divulgações relativamente à provisão para sinistros de outros ramos constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Verificamos a independência do Revisor Oficial de Contas para o exercício das suas funções, reunindo o mesmo, os necessários requisitos.

7. Procedemos à apreciação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras da Companhia que nos foram apresentadas pelo Conselho de Administração. O relatório de gestão obedece às disposições legais e estatutárias, referindo os aspetos mais relevantes da atividade da Companhia durante o exercício. As demonstrações financeiras foram

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature is a large, stylized cursive mark, and the initials 'KE' are written in a bold, blocky font to its right.

elaboradas de acordo com o referencial contabilístico em vigor, sendo os princípios contabilísticos e os critérios valorimétricos adotados adequados e permitindo que as mesmas apresentem uma imagem verdadeira da posição financeira e dos resultados da Companhia.

8. Tal como referido no Relatório de Gestão para a atividade da Companhia, em 2018, contribuiu a dinâmica de concessão de crédito o que permitiu um crescimento da colocação de seguros dos produtos vinculados à atividade de crédito a particulares.

Adicionalmente, chamamos a atenção para a necessidade da Companhia vir a atuar ao nível da adequação da estrutura operacional, dos processos e do modelo de governo que, associada a uma Política de Subscrição, equilíbrio técnico, correta gestão dos seus riscos e prestação de níveis de serviço de excelência, serão um eixo estratégico a ter em conta, uma vez que são fundamentais para a eficiência do modelo de bancas/seguros que permita continuar a acrescentar valor para os seus clientes, parceiros de negócio, colaboradores e acionistas, tal como referido no Relatório de Gestão.

Parecer

9. Como resultado das ações de fiscalização realizadas e apreciados os documentos referidos no número anterior, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:
- a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício de 2018, tal como foram apresentados pela Administração;
 - b) A proposta para a aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
10. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer aos membros do Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas e aos Colaboradores da Companhia toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 29 de março de 2019

O Conselho Fiscal

Presidente


António Joaquim Andrade Gonçalves

Vogal


Elmir Khalid

Vogal


José Maria Ribeiro da Cunha

